

ADELICIO MACHADO DOS SANTOS

2025

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

abordagem interdisciplinar

ADELICIO MACHADO DOS SANTOS

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO –
abordagem interdisciplinar**

Editora Pascal

2025

Editor Chefe: Prof. Dr. Patrício Moreira de Araújo Filho

Edição e Diagramação: Eduardo Mendonça Pinheiro

Edição de Arte: Marcos Clyver dos Santos Oliveira

Bibliotecária: Rayssa Cristhália Viana da Silva – CRB-13/904

Revisão: Adelcio Machado Dos Santos

Conselho Editorial

Dr. Glauber Túlio Fonseca Coelho

Dr^a Sandra Imaculada Moreira Neto

Dr. José Ribamar Santos Moraes Filho

Dr. Wellinton de Assunção

Dr. Othon Carvalho Bastos Filho

Dr. José Francisco dos Reis Neto

Dr. Moisés dos Santos Rocha

Dr. Fabio Antonio da Silva Arruda

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237d

Santos, Adelcio Machado dos

Desenvolvimento econômico: abordagem interdisciplinar / Adelcio Machado dos Santos — São Luís: Editora Pascal, 2025.

57 f. : il.:

Formato: PDF

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-6068-171-2

D.O.I.: 10.29327/5622338

1. Sustentabilidade. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Interdisciplinar. 4. Pesquisa. I. Santos, Adelcio Machado dos. II. Título.

CDU: 330.08:001.4

Qualquer parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros, desde que seja citado o autor.

Livro dedicado a
Júlio Garcia

“O desenvolvimento é, essencialmente, um fenômeno de mudança social.”

(FURTADO, 1959).

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil.

Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

PREÂMBULO

Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos

Vive-se uma era de transformações aceleradas, em que os reptos do desenvolvimento econômico não podem mais ser compreendidos sob a ótica limitada de uma única disciplina. A interconectividade das questões sociais, políticas, ambientais, culturais e tecnológicas exige uma abordagem mais ampla, crítica e inovadora.

Este livro, intitulado “Desenvolvimento Econômico – Abordagem Interdisciplinar”, nasce justamente dessa convicção: de que compreender o desenvolvimento requer múltiplas lentes e o diálogo constante entre as diferentes áreas do saber.

Destarte, ao longo da história do pensamento econômico, o conceito de desenvolvimento foi alvo de múltiplas interpretações e abordagens. No curso de décadas, prevaleceu visões estritamente quantitativas, centradas no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) como precípua indicador de progresso.

No entanto, à medida que os efeitos colaterais do crescimento desordenado se tornaram mais evidentes — como a degradação ambiental, a desigualdade social crescente, a concentração de renda e o esgotamento de recursos naturais — cresceu também a percepção de que o desenvolvimento, para ser efetivo e sustentável, precisa considerar uma gama mais ampla de fatores.

Todavia, esta abordagem propõe olhar renovado e integrador. A ideia de uma abordagem interdisciplinar não se limita à justaposição de áreas do conhecimento, mas implica em uma verdadeira articulação entre elas. Economia, Sociologia e Educação são aqui convocadas a dialogar e a contribuir com suas perspectivas, metodologias e experiências.

Em última análise, o objetivo consiste em formar uma visão mais rica e precisa do que é desenvolvimento, de como ele se manifesta em diferentes contextos e quais são os caminhos viáveis para promovê-lo de maneira equitativa e duradoura.

Mais do que oferecer respostas prontas, esta obra busca estimular o pensamento crítico e fomentar a reflexão. Os capítulos que a compõem apresentam análises de teorias clássicas e contemporâneas, estudos de caso nacionais e internacionais, ademais de discussões sobre políticas públicas, inovação tecnológica, inclusão social, sustentabilidade ambiental e governança global.

Encontra-se aqui tanto fundamentos teóricos quanto aplicações práticas, com especial atenção à realidade brasileira e latino-americana.

Por conseguinte, este labor mantém compromisso com a complexidade. Em vez de reduzir o desenvolvimento econômico a fórmulas simplistas e modelos abstratos, os autores enfrentam as contradições e tensões que fazem parte do processo.

À guisa de exemplo, discutem-se os conflitos entre crescimento e preservação ambiental, entre competitividade e direitos sociais, entre autonomia nacional e integração global. São dilemas reais, vividos diariamente pela Administração Pública, organizações privadas, comunidades e indivíduos. E é justamente por reconhecê-los que esta abordagem se torna especialmente relevante.

Ademais disso, a proposta interdisciplinar fortalece a capacidade de pensar o desenvolvimento econômico em suas múltiplas escalas. Da comunidade local à ordem mundial, do microempreendedor ao sistema financeiro internacional, do cotidiano das periferias urbanas aos fóruns multilaterais, cada nível de análise traz contributos importantes.

Com isso, faz-se mister utilizar instrumento valioso para diferentes públicos: estudantes, pesquisadores, gestores públicos, profissionais do terceiro setor e todos aqueles comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa, resiliente e inclusiva.

Por conseguinte, trata-se, portanto, de militância no melhor sentido da palavra com o escopo de ser capaz de ensinar sem simplificar. Não por acaso, o volume se configura em fruto de uma colaboração entre temáticas distintas. Essa pluralidade se configura em reflexo da própria realidade que o livro se propõe a analisar: um mundo em constante transformação, onde os problemas sociais e econômicos são profundamente interligados. A interdisciplinaridade, aqui, não é apenas uma escolha metodológica, mas uma exigência do tempo presente.

Outrossim, vale destacar que esta obra se inscreve em um momento particularmente desafiador para as sociedades contemporâneas. A crise climática, as novas dinâmicas do trabalho, a revolução digital, os fluxos migratórios, os movimentos sociais, as tensões geopolíticas e as novas formas de exclusão colocam em xeque os modelos tradicionais de desenvolvimento.

Entrementes, abrem espaço para a emergência de alternativas mais sustentáveis, inclusivas e democráticas. É nesse contexto que esta análise se posiciona, à guisa de contributo lúcido e necessário ao debate público e à produção de conhecimento.

Por final, que este livro seja não apenas uma fonte de informação, mas também um estímulo à imaginação crítica, à construção coletiva e ao compromisso axiológico com o desenvolvimento econômico que valorize a vida em todas as suas formas.

BIOGRAFIA DO AUTOR



O Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos é economista (CORECON/SC 3840) e sociólogo (MT/SC 222), com militância em Desenvolvimento Econômico e Sociologia Econômica.

Doutor e Pós-Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e, Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento pela UFSC. Bacharel em Ciências Econômicas e Sociologia. O núcleo temático de estudo envolve as linhas de pesquisa: Desenvolvimento e Sociedade, Estudos Culturais e Filosofia da Interdisciplinaridade.

Ex-Reitor, coordenador de curso, vogal da Comissão Própria de Avaliação (CPA), Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) e colegiado de curso.

Integrou os Conselhos Estaduais de Educação e Cultura e Desportos em Santa Catarina.

Militou no “staff” na Assembleia Constituinte de Santa Catarina, Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Tribunal de Contas de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Fazenda.

É avaliador científico de projetos, eventos, editoras e periódicos. Consultor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação (BASIs), Banco Nacional de Itens (BNI), Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC) e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

É membro das organizações de pesquisa: Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS), Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB), Associação Nacional de Pesquisa de Pós-Graduação em Música (ANPPOM) e Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas. (ABRACE).

Deu a lume a 65 livros, 165 capítulos de livros e 424 artigos científicos.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6663595207403860>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3916-972X>

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	11
<i>SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO: estado do conhecimento</i>	
CAPÍTULO 2	27
<i>INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA ECONÔMICA</i>	
CAPÍTULO 3	43
<i>DESENVOLVIMENTO REGIONAL: uma breve reflexão</i>	

1

SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO: estado do conhecimento

SOCIOLOGY OF DEVELOPMENT: state of knowledge

RESUMO

O objetivo de analisar o estado do conhecimento da Sociologia do Desenvolvimento, identificando os precípuos marcos teóricos, os enfoques predominantes e as lacunas existentes na literatura acadêmica. A metodologia foi de uma revisão bibliográfica, qualitativa, em livros e documentos institucionais, e artigos publicados em bases de dados entre 1945 a 2024. Os resultados apresentam um movimento crescente de crítica às abordagens desenvolvimentistas tradicionais, centradas na modernização e no progresso econômico, com valorização de perspectivas alternativas que incorporam justiça social, sustentabilidade e pluralismo epistêmico. A Sociologia do Desenvolvimento destaca as desigualdades globais entre países centrais e periféricos, fortemente ligada ao campo das políticas públicas, do planejamento estatal e da cooperação internacional. Conclui-se que a Sociologia do Desenvolvimento contemporâneo não pode se restringir a interpretar processos econômicos e institucionais, mas deve considerar as múltiplas dimensões que compõem o bem-estar coletivo, incluindo aspectos culturais, ambientais, políticos e simbólicos.

Palavras-chave: Sociologia do Desenvolvimento. Economia. Ciência Política. Epistemologias do Sul.

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze the state of knowledge in the Sociology of Development, identifying the main theoretical frameworks, predominant approaches, and gaps in the academic literature. The methodology used was a qualitative bibliographic review of books and institutional documents, as well as articles published in databases between 1945 and 2024. The results show a growing movement of criticism of traditional developmental approaches, centered on modernization and economic progress, with an appreciation of alternative perspectives that incorporate social justice, sustainability, and epistemic pluralism. The Sociology of Development highlights global inequalities between central and peripheral countries, and is strongly linked to the field of public policies, state planning, and international cooperation. It is concluded that contemporary Sociology of Development cannot be restricted to interpreting economic and institutional processes, but must consider the multiple dimensions that make up collective well-being, including cultural, environmental, political, and symbolic aspects.

Keywords: Sociology of development. Economics. Political science. Epistemologies of the south.

1. INTRODUÇÃO

A Sociologia do Desenvolvimento constitui um campo de investigação fundamental para a compreensão das desigualdades sociais, econômicas e políticas que marcam o mundo contemporâneo. Nascida no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, essa área da sociologia se dedicou inicialmente a pensar os caminhos para o progresso de países considerados “atrasados” em relação às nações industrializadas, propondo modelos e estratégias que visavam à superação do subdesenvolvimento.

Com o decorrer das décadas, esse campo passou por diversas reformulações teóricas e críticas, sobretudo a partir das experiências concretas de países da América Latina, da África e da Ásia, revelando-se um terreno fértil para o debate interdisciplinar e para a formulação de novas categorias analíticas. Diante da complexidade dos desafios atuais — como a crise ambiental, as novas formas de desigualdade, a intensificação dos fluxos migratórios e os limites do crescimento econômico tradicional —, torna-se cada vez mais pertinente revisitar e atualizar os marcos teóricos que estruturam a Sociologia do Desenvolvimento.

Esta pesquisa colima o escopo de efetuar levantamento crítico do estado do conhecimento na área da Sociologia do Desenvolvimento, destacando os principais autores, abordagens teóricas e debates que marcaram a constituição e a transformação dessa disciplina. A relevância do tema se justifica, em sua importância histórica na consolidação das ciências sociais nos países do Sul Global quanto por sua atualidade diante dos impasses enfrentados pelas políticas de desenvolvimento em escala mundial.

Ao problematizar os caminhos já percorridos por essa vertente sociológica, pretende-se contribuir para a ampliação do debate acadêmico e para o fortalecimento de perspectivas críticas que questionam os modelos hegemônicos de progresso e crescimento, muitas vezes marcados por interesses econômicos exógenos às realidades locais.

A problemática que orienta este estudo parte da seguinte questão: quais são os principais aportes teóricos e metodológicos da Sociologia do Desenvolvimento ao longo do tempo, e como esses aportes dialogam com os contextos históricos e sociais nos quais foram produzidos? Essa indagação implica não apenas em uma análise retrospectiva dos marcos teóricos clássicos, como atenção às suas contribuições mais recentes que surgem em resposta aos limites das teorias tradicionais.

Destarte, o labor busca responder às necessidades de sistematização e análise crítica da produção acadêmica sobre o desenvolvimento de uma perspectiva sociológica, considerando suas múltiplas influências e desdobramentos.

A metodologia adotada no estudo é uma revisão bibliográfica, de natureza

qualitativa, com foco na produção acadêmica publicada em livros, artigos e documentos institucionais que discutem a Sociologia do Desenvolvimento. Foram selecionadas obras de autores clássicos e contemporâneos, priorizando textos que têm relevância na consolidação teórica da área e que foram citados de forma recorrente em bases científicas reconhecidas.

O recorte temporal abrange o período de 1945 a 2024, considerando o pós-guerra como marco inicial do debate mais sistematizado sobre o desenvolvimento, e avançando até as discussões contemporâneas que envolvem temas como desenvolvimento sustentável, pós-desenvolvimento, globalização e epistemologias do Sul.

A escolha desse intervalo se justifica pela necessidade de abarcar tanto o surgimento das principais correntes teóricas quanto às reformulações mais recentes que tentam superar os impasses herdados do pensamento desenvolvimentista tradicional.

A seleção do material foi feita em bases de dados como o *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), *Google Scholar*, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e bibliotecas digitais de universidades brasileiras e estrangeiras. O critério principal para inclusão das obras foi a relevância para o campo temático em análise, considerando ainda o impacto acadêmico dos autores, a diversidade de perspectivas teóricas (liberais, marxistas, críticas, decoloniais) e a representatividade geográfica da produção (com atenção especial à produção latino-americana e africana). Não foram utilizadas apenas obras consagradas nos centros acadêmicos do Norte Global, mas incluiu produções que expressam uma visão crítica oriunda dos países em desenvolvimento, em especial aquelas que propõem modelos alternativos ao desenvolvimento capitalista ocidental.

Destarte, o objetivo do estudo foi analisar o estado do conhecimento da Sociologia do Desenvolvimento, identificando os principais marcos teóricos, os enfoques predominantes e as lacunas existentes na literatura acadêmica. A partir dessa análise, pretende-se contribuir para o fortalecimento de uma abordagem crítica e contextualizada do desenvolvimento, capaz de dialogar com as realidades históricas, culturais e econômicas das sociedades envolvidas.

Entrementes, busca-se oferecer subsídios teóricos e metodológicos para pesquisadores, estudantes e profissionais que atuam nas áreas das ciências sociais, da economia, da política pública e do planejamento, fomentando reflexões mais aprofundadas sobre as dinâmicas que moldam os processos de desenvolvimento em diferentes partes do mundo.

2. FUNDAMENTOS DA SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

A área da Sociologia do Desenvolvimento emergiu como uma subdisciplina da sociologia no contexto histórico do pós-Segunda Guerra Mundial, impulsionada pelas novas configurações geopolíticas e pela crescente necessidade de pensar alternativas para os países que se libertavam do jugo colonial e buscavam alcançar o patamar de desenvolvimento econômico e social das nações industrializadas.

Esse processo, profundamente marcado pelas disputas da Guerra Fria, pela reestruturação da ordem mundial e pela ascensão dos Estados Unidos da América (EUA) como potência hegemônica, proporcionou o ambiente intelectual e político propício para a consolidação de uma abordagem sociológica voltada à análise dos processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento nas sociedades periféricas (Oliveira, 2006).

A Sociologia do Desenvolvimento tem como ponto de partida as desigualdades globais entre países centrais e periféricos e, por isso, desde seus primórdios, esteve fortemente ligada ao campo das políticas públicas, do planejamento estatal e da cooperação internacional. Conforme aponta Oliveira (2006), o desenvolvimento passou a ser concebido como um imperativo moral e estratégico, justificando intervenções em diferentes partes do mundo por meio de programas econômicos, sociais e culturais.

Nesse contexto, o conceito de desenvolvimento foi associado, quase exclusivamente, ao crescimento econômico medido pelo Produto Interno Bruto (PIB), à industrialização e à modernização das estruturas sociais tradicionais, entendidas como obstáculos ao progresso.

A gênese da Sociologia do Desenvolvimento está diretamente relacionada às experiências históricas de descolonização da África, da Ásia e da América Latina, e ao esforço de entender como essas sociedades poderiam superar o “atraso” herdado do colonialismo (Sen, 2000).

A teoria da modernização, uma das primeiras correntes teóricas estruturantes do campo, ganhou destaque nesse período, propondo que o desenvolvimento seria alcançado pela adoção dos valores, instituições e práticas dos países ocidentais. Rostow (1960), afirma que o desenvolvimento ocorreria em etapas sucessivas e previsíveis, culminando no “estágio de consumo de massa”. Tal concepção carregava uma forte conotação etnocêntrica, ao pressupor um modelo único de desenvolvimento, baseado na trajetória dos EUA e da Europa Ocidental, e ao ignorar as especificidades históricas e culturais das sociedades periféricas.

Nesse sentido, a ideia de desenvolvimento foi fortemente vinculada à noção de progresso, um conceito central na tradição iluminista e nas narrativas moder-

nas do Ocidente. Segundo Escobar (2005a), o discurso do desenvolvimento, como se constituiu a partir da década de 1950, passou a operar como uma nova forma de dominação, que substituiu o colonialismo direto por mecanismos mais sutis de controle, vinculados à lógica do neocolonialismo e à dependência econômica e tecnológica.

O desenvolvimento, assim, deixava de ser apenas uma proposta de transformação econômica para se tornar um verdadeiro projeto civilizatório que impunha modos de vida, racionalidades e instituições alheias às realidades locais. A crítica pós-colonial e a teoria da dependência surgiram como reações a esse modelo, apontando suas contradições e suas implicações políticas e ideológicas.

A relação entre desenvolvimento e colonialismo, portanto, é intrínseca à Sociologia do Desenvolvimento. Como bem argumenta Quijano (2000), a modernidade ocidental não pode ser dissociada do processo de colonialidade do poder que estruturou uma hierarquia global baseada na raça, no capital e no saber.

O desenvolvimento, nesse quadro, foi concebido como instrumento de prolongamento das assimetrias coloniais sob novas formas, reproduzindo relações de dominação sob o pretexto da ajuda e do progresso. A crítica de Quijano (2000), é importante para a compreensão que o subdesenvolvimento não é apenas a ausência de desenvolvimento, mas uma condição produzida historicamente pelas relações desiguais entre centro e periferia.

Essa leitura foi fortemente desenvolvida por autores da teoria da dependência, especialmente na América Latina. Cardoso e Faletto (1970), em sua obra clássica “Dependência e desenvolvimento na América Latina”, defendem que o desenvolvimento dos países centrais e o subdesenvolvimento das nações periféricas são fenômenos interdependentes, sendo impossível entender um sem o outro.

Para esses autores, o subdesenvolvimento não é uma fase anterior ao desenvolvimento, mas uma forma histórica de inserção subordinada no sistema capitalista global. Essa perspectiva rompe com a linearidade da teoria da modernização e introduz uma abordagem crítica, que enfatiza os fatores estruturais e históricos na explicação das desigualdades.

Outro conceito fundamental para a Sociologia do Desenvolvimento é o de crescimento econômico, frequentemente confundido com desenvolvimento, mas que, na verdade, representa apenas um de seus aspectos.

Como destaca Sen (2000), o desenvolvimento deve ser compreendido como um processo de expansão das liberdades humanas fundamentais, que vai além do mero aumento da renda per capita. Isso implica considerar fatores como saúde, educação, participação política, segurança e sustentabilidade ambiental. Essa ampliação do conceito de desenvolvimento é uma das contribuições mais relevantes

dos debates contemporâneos, que procuram integrar dimensões sociais, culturais e ecológicas às análises econômicas tradicionais.

Na esteira dessas discussões, Sachs (2004) e Shiva (2005) passaram a questionar os fundamentos do paradigma desenvolvimentista, propondo abordagens alternativas que valorizam os saberes locais, os direitos dos povos indígenas, a soberania alimentar e a sustentabilidade.

O chamado “pós-desenvolvimento” não nega a necessidade de transformação social, mas rejeita os modelos impostos de fora, defendendo uma pluralidade de caminhos e soluções que partam das realidades locais. Trata-se, assim, de uma crítica não apenas ao conteúdo das políticas de desenvolvimento, mas à própria ideia de que existe um único modelo a ser seguido por todas as sociedades.

Em face disso, os conceitos de desenvolvimento, subdesenvolvimento, progresso e crescimento devem ser abordados criticamente na Sociologia do Desenvolvimento. Enquanto o crescimento diz respeito ao aumento quantitativo da produção econômica, o desenvolvimento abrange mudanças qualitativas nas estruturas sociais e institucionais.

O progresso, frequentemente associado ao avanço tecnológico e científico, pode mascarar processos de exclusão, destruição ambiental e homogeneização cultural (Oliveira, 2006). Por sua vez, o subdesenvolvimento precisa ser compreendido como uma construção histórica, marcada por relações desiguais de poder e por mecanismos de dominação que se perpetuam sob novas roupagens.

3. PRINCIPAIS ABORDAGENS TEÓRICAS

A Sociologia do Desenvolvimento foi moldada ao longo do século XX por distintas abordagens teóricas que buscaram interpretar, explicar e propor caminhos para o desenvolvimento de diferentes sociedades. A pluralidade de interpretações sobre o tema revela tanto os distintos contextos históricos e geopolíticos em que essas teorias foram formuladas, quanto os interesses e paradigmas científicos que lhes serviram de base (Escobar, 2005a).

As principais correntes que estruturam esse campo podem ser organizadas em quatro grandes grupos: a Teoria da Modernização, a Teoria da Dependência, a Teoria do Sistema-Mundo (associada ao neomarxismo) e as abordagens contemporâneas, como o desenvolvimento sustentável, endógeno e o pós-desenvolvimento.

A Teoria da Modernização emergiu no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, em meio ao fortalecimento do poder econômico e político dos Estados Unidos e à difusão da lógica capitalista como um modelo de organização social

hegemônico. Inspirada em pressupostos funcionalistas e evolucionistas, essa abordagem compreendia o desenvolvimento como um processo linear e cumulativo de passagem de sociedades “tradicionais” para sociedades “modernas”, sendo estas últimas caracterizadas pela industrialização, racionalização, urbanização e secularização.

Um dos principais expoentes dessa corrente foi Walt Whitman Rostow, que propôs o modelo das “etapas do crescimento econômico”, no qual as nações deveriam percorrer cinco fases até alcançar o estágio de alto consumo de massa, tendo como referência o desenvolvimento dos EUA (Rostow, 1961).

Outro autor fundamental nesse paradigma é Parsons (1951), cuja teoria da ação social defendia que a modernização implicava na substituição de valores tradicionais por valores modernos, como a meritocracia, a universalização das normas e a especialização funcional. Para ele, o desenvolvimento correspondia à institucionalização de padrões culturais e estruturas sociais compatíveis com a modernidade ocidental, sendo o subdesenvolvimento visto como um estado de atraso ou insuficiência na transição para tais padrões.

As principais críticas à Teoria da Modernização residem em seu etnocentrismo, reducionismo e determinismo histórico. Autores críticos, especialmente do Sul Global, denunciaram o caráter prescritivo e ideologicamente alinhado aos interesses das potências capitalistas dessa abordagem. Conforme Santos (2002), a modernização apresentada por tais teóricos ignora as especificidades históricas e culturais das sociedades periféricas, impondo um modelo único de desenvolvimento que reproduz desigualdades e dependências.

Ademais disso, a linearidade proposta por Rostow (1961) desconsidera os impactos do colonialismo e da exploração internacional na configuração do subdesenvolvimento.

Em contraposição a essa visão, desenvolveu-se a Teoria da Dependência, formulada principalmente por intelectuais latino-americanos nas décadas de 1960 e 1970. Essa corrente crítica buscava compreender o subdesenvolvimento como resultado de relações históricas desiguais entre nações centrais e periféricas, marcadas por um processo contínuo de transferência de riqueza dos países pobres para os ricos.

À guisa de exemplo, Cardoso e Faletto (1979) argumentaram que a dependência não era apenas externa, mas também interna, ou seja, reproduzida por elites locais que se articulavam com os interesses das economias centrais. Essa interpretação permitiu compreender o subdesenvolvimento não como uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas como um resultado estrutural da inserção subordinada dos países periféricos na economia global.

Furtado (2000), analisou a formação econômica do Brasil a partir da lógica da dependência e da reprodução de desigualdades regionais e sociais. Ele demonstrou como a estrutura produtiva brasileira, moldada pelo colonialismo e pela exportação de produtos primários, limitava as possibilidades de desenvolvimento autônomo e aprofundava a concentração de renda.

O conceito de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, amplamente difundido por Frank (1967), sintetiza a visão de que o subdesenvolvimento é uma condição produzida historicamente pelas relações de exploração no sistema capitalista global.

A Teoria da Dependência foi fundamental para o fortalecimento de uma perspectiva crítica e latino-americana sobre o desenvolvimento, mas recebeu críticas por sua ênfase estruturalista e, por vezes, por não oferecer saídas práticas claras para a superação da dependência. Ainda assim, seu legado é amplamente reconhecido como essencial para a compreensão das desigualdades globais (Escobar, 2005b).

Complementarmente, a Teoria do Sistema-Mundo, formulada por Immanuel Wallerstein (2006), insere-se no campo neomarxista e propõe uma abordagem histórica e sistêmica do desenvolvimento capitalista em escala global. Para Wallerstein (2006), o mundo moderno é organizado em um sistema mundial capitalista que se estrutura em três zonas: o centro, a semiperiferia e a periferia.

Essas zonas não são estáticas, mas se articulam de forma desigual por meio da divisão internacional do trabalho. As nações centrais concentram as atividades produtivas mais lucrativas, enquanto os países periféricos são relegados à produção de bens primários e à mão de obra barata, o que perpetua sua condição de dependência.

A perspectiva de Wallerstein rompe com a noção de que os Estados são unidades autônomas de desenvolvimento e enfatiza a interdependência estrutural entre as diferentes regiões do globo. Ao situar o capitalismo como sistema histórico, ele evidencia como as crises econômicas, as guerras e os processos coloniais influenciam a dinâmica do desenvolvimento desigual. Como destaca Oliveira (2003), a principal contribuição da teoria do sistema-mundo está em deslocar a análise do desenvolvimento do plano nacional para o plano global, permitindo compreender os mecanismos transnacionais de dominação e subordinação.

Nas últimas décadas, novas abordagens têm surgido em resposta aos limites das teorias clássicas e às transformações do contexto mundial, como a crise ambiental, o avanço do neoliberalismo e a emergência de movimentos sociais locais. O conceito de desenvolvimento sustentável, consolidado a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 (ECO-92),

propõe um modelo de desenvolvimento que articule crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental.

Tal perspectiva ganhou força no debate internacional e acadêmico, embora tenha sido alvo de críticas por, muitas vezes, ser incorporada de forma retórica em políticas que mantêm práticas extrativistas e desiguais (Leff, 2001).

Paralelamente emergem propostas de desenvolvimento endógeno e comunitário que valorizam os saberes locais, a participação popular e o fortalecimento de economias solidárias e sustentáveis. Essas propostas ganham força especialmente em comunidades indígenas, rurais e periféricas, que reivindicam o direito à autodeterminação e à construção de alternativas ao modelo capitalista globalizado.

De acordo com Sachs (2002), o desenvolvimento local deve ser pensado a partir das potencialidades de cada território, promovendo autonomia e resiliência frente às crises globais. Cada território e suas populações apresentam especificidades diferentes que merecem atenção.

Em oposição mais radical ao paradigma desenvolvimentista, a perspectiva do pós-desenvolvimento propõe uma ruptura epistemológica com a própria ideia de desenvolvimento, vista como um discurso ocidental e colonial que impõe formas de vida e organização alheias às realidades culturais dos povos do Sul Global.

Escobar (2005b), um dos principais expoentes dessa corrente, argumenta que o desenvolvimento operou historicamente como uma tecnologia de poder que marginalizou modos de vida alternativos e reforçou hierarquias entre o “moderno” e o “tradicional”.

O mesmo autor, considera necessário construir alternativas ao desenvolvimento (alternativas ao desenvolvimento e não “desenvolvimento alternativo”), baseadas na pluralidade cultural, na ecologia política e na realocação das economias.

4. O ESTADO ATUAL DO CONHECIMENTO: um panorama da produção científica

O estado do conhecimento em Sociologia do Desenvolvimento revela um campo marcado por profundas transformações teóricas e metodológicas nas últimas décadas, especialmente em razão da complexificação das dinâmicas sociais e econômicas contemporâneas. A produção acadêmica recente tem demonstrado uma ampliação das perspectivas analíticas, com um deslocamento gradual das abordagens clássicas — centradas em modelos universalizantes e evolucionistas — para enfoques mais plurais, contextuais e críticos.

Essa mudança reflete a emergência de novos paradigmas interpretativos que questionam as bases epistemológicas da modernização e da dependência, propondo leituras mais integradas das múltiplas dimensões do desenvolvimento.

No cenário contemporâneo, observa-se uma crescente valorização das abordagens interdisciplinares, que articulam a Sociologia com áreas como a Economia Política, a Antropologia Econômica e a Ciência Política. Essa tendência responde à constatação de que os fenômenos ligados ao desenvolvimento extrapolam as fronteiras de uma única disciplina e exigem interpretações mais amplas e complexas.

Como destacam Sen (2000) e Sachs (2008), o desenvolvimento não pode ser compreendido apenas em termos de crescimento econômico, mas deve ser analisado à luz das capacidades humanas, da justiça social, da sustentabilidade ambiental e da equidade cultural. Essa concepção ampliada do desenvolvimento tem influenciado significativamente a produção sociológica contemporânea, tanto em nível nacional quanto internacional.

Nos últimos anos, alguns temas têm se destacado como tendências na pesquisa em Sociologia do Desenvolvimento. Entre eles, ganha relevo o debate em torno do desenvolvimento sustentável, impulsionado pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Leff (2010) e Gudynas (2011), têm chamado atenção para a necessidade de se repensar as bases ecológicas do desenvolvimento, criticando os modelos produtivistas e extrativistas que ainda dominam as políticas econômicas de muitos países.

A noção de *buen vivir*, por exemplo, oriunda de cosmovisões indígenas andinas, tem sido incorporada em análises sociológicas como alternativa ao paradigma ocidental de progresso linear, conforme argumentam Acosta (2016) e Escobar (2014). Tais abordagens têm enriquecido o campo com novas epistemologias e visões de mundo, valorizando saberes tradicionalmente marginalizados pela ciência moderna.

O fortalecimento das epistemologias do Sul é outra tendência importante, que questiona o colonialismo epistêmico presente na construção do saber sobre o desenvolvimento. Dussel (2000) e Santos (2010) denunciam a hegemonia dos conhecimentos eurocentrados e propõem uma sociologia mais atenta às realidades e às experiências históricas dos povos do Sul Global.

Essa perspectiva tem motivado a ampliação das fontes e dos referenciais teóricos utilizados em pesquisas acadêmicas, com maior valorização da produção latino-americana, africana e asiática. Trata-se de um movimento que visa não apenas à democratização do saber, mas também à construção de alternativas efetivamente enraizadas nos contextos locais.

As precípuas revistas científicas que têm publicado estudos relevantes sobre a Sociologia do Desenvolvimento incluem tanto periódicos internacionais quanto nacionais. No cenário internacional, destacam-se revistas como o *World Development*, *Development and Change*, *Third World Quarterly* e *Globalizations*, que frequentemente publicam artigos sobre os dilemas e desafios do desenvolvimento a partir de múltiplas abordagens teóricas.

No Brasil, periódicos como a Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), Caderno CRH, Sociedade e Estado, Revista Estudos Sociedade e Agricultura e Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais têm acolhido produções significativas sobre o tema, incluindo análises de políticas públicas, processos de globalização, movimentos sociais e impactos socioambientais.

Conquanto os avanços, ainda existem lacunas importantes na literatura sociológica sobre desenvolvimento. Uma das principais diz respeito à dificuldade de integração entre teoria e prática, especialmente no que se refere à análise das políticas públicas de desenvolvimento implementadas em países periféricos. Muitas vezes, os estudos permanecem no plano abstrato e pouco dialogam com as experiências concretas das populações envolvidas nos processos desenvolvimentistas.

Ademais disso, ainda há uma sub-representação de autores e autoras indígenas, quilombolas, ribeirinhos e de outras comunidades tradicionais na produção científica, o que limita a diversidade epistemológica e empírica do campo. Outra lacuna observada é a insuficiência de análises que abordem de forma mais sistemática as articulações entre o desenvolvimento e as questões de gênero, raça e etnia.

Posto que se verifiquem estudos importantes nesse sentido, como os de Gohn (2011) e Saffioti (2004), eles ainda não são centrais nas grandes sínteses teóricas do campo. A incorporação dessas dimensões é essencial para uma compreensão mais abrangente das desigualdades e dos processos excludentes que marcam as trajetórias de desenvolvimento em diferentes contextos.

Os diálogos entre a Sociologia do Desenvolvimento e outras áreas têm se intensificado nos últimos anos, favorecendo abordagens mais complexas e integradas. Com a Economia, por exemplo, estabelecem-se debates sobre os limites do crescimento, a crítica ao neoliberalismo e a busca por alternativas de organização produtiva e distributiva.

A Economia Política do Desenvolvimento, com autores como Chang (2003) e Bresser-Pereira (2019), tem influenciado a Sociologia a considerar os condicionantes macroestruturais das políticas de desenvolvimento, articulando questões de soberania, financiamento e inserção internacional.

Com a Ciência Política, o diálogo ocorre principalmente em torno das insti-

tuições do Estado, das políticas públicas e dos processos de participação social. A análise da relação entre desenvolvimento e democracia, por exemplo, tem sido objeto de numerosos estudos que investigam como diferentes formas de organização política podem influenciar os resultados do desenvolvimento (Przeworski *et al.*, 2000).

A par disso, a governança internacional do desenvolvimento — envolvendo organizações multilaterais como o Banco Mundial, o Fundo Mundial de Investimentos (FMI) e a ONU — tem sido analisada sob o prisma das relações de poder e dominação global, uma temática que aproxima a Sociologia do Desenvolvimento das análises pós-coloniais e decoloniais.

Com a Antropologia, os vínculos são igualmente fecundos, sobretudo na crítica aos modelos desenvolvimentistas que ignoram as especificidades culturais dos povos.

A Antropologia do Desenvolvimento tem contribuído para desnaturalizar os discursos de progresso e apontar os impactos sociais das intervenções estatais e internacionais, especialmente em comunidades indígenas e rurais. Escobar (2014) e Ferguson (1990) mostra como os projetos de desenvolvimento podem operar como mecanismos de controle e disciplinamento social, mascarando relações de poder e dependência sob a retórica da ajuda e da modernização.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou sintetizar os principais pontos discutidos ao longo da análise sobre o estado atual do conhecimento sobre a Sociologia do Desenvolvimento, destacando as contribuições desta investigação para o campo e apontando possíveis caminhos para futuras pesquisas.

No panorama atual, destacam-se tendências como o fortalecimento das discussões sobre desenvolvimento sustentável, justiça socioambiental, pluralismo epistêmico e alternativas locais ao modelo hegemônico de desenvolvimento, como é o caso das noções de *buen vivir* e da economia solidária.

Entrementes, identificou-se lacunas relevantes na literatura, especialmente no que se refere à representação de sujeitos subalternizados — como povos indígenas, quilombolas e populações ribeirinhas — e à incorporação sistemática de categorias como gênero, raça e etnia nas análises sociológicas sobre desenvolvimento.

É possível afirmar a contribuição para o campo da Sociologia do Desenvolvimento ao oferecer uma sistematização crítica da produção recente, apontando avanços e desafios para a consolidação de um olhar mais plural, engajado e comprometido com a justiça social.

A Sociologia do Desenvolvimento Contemporâneo não pode se restringir a interpretar processos econômicos e institucionais, mas deve considerar as múltiplas dimensões que compõem o bem-estar coletivo, incluindo aspectos culturais, ambientais, políticos e simbólicos.

Nesse sentido, destaca-se a importância de ampliar os referenciais teóricos utilizados na área, incorporando autores e experiências do Sul Global que problematizam o monopólio epistêmico das teorias ocidentais. A valorização de saberes locais, da interculturalidade e da ecologia de saberes se apresenta como um horizonte promissor para o fortalecimento de uma sociologia mais sensível às realidades concretas das populações historicamente excluídas dos projetos de desenvolvimento.

Para pesquisas futuras, sugere-se o aprofundamento de estudos empíricos sobre experiências alternativas de desenvolvimento que vêm sendo construídas em contextos periféricos, com atenção especial para iniciativas protagonizadas por comunidades tradicionais, movimentos sociais e coletivos populares.

Ademais disso, recomenda-se o investimento em abordagens interseccionais que integrem, de forma articulada, as dimensões de classe, gênero, raça, etnia e território nas análises sociológicas.

Outrossim, configura-se relevante fomentar investigações sobre os impactos das transformações digitais e tecnológicas no campo do desenvolvimento, considerando as desigualdades de acesso e os novos desafios colocados pelas dinâmicas da globalização informacional.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.** São Paulo: Autonomia Literária, 2016.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Em busca do desenvolvimento perdido: um projeto novo-desenvolvimentista para o Brasil.** São Paulo: Editora FGV, 2019.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica.** 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CHANG, H-J. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica.** São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- DUSSEL, E. *Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão.* Petrópolis: Vozes, 2000.
- ESCOBAR, A. Pós-desenvolvimento: origens e significados de uma corrente de pensamento. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eu-**

rocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005b. p. 231-276.
ESCOBAR, A. **Pós-desenvolvimento: políticas e culturas na era da globalização**. São Paulo: Editora UFRGS, 2005a.

ESCOBAR, A. Pós-desenvolvimento: uma introdução à crítica ao paradigma do desenvolvimento. In: Lander, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

FERGUSON, J. **The anti-politics machine: development, depoliticization and bureaucratic power in Lesotho**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1990.

FRANK, A. G. **Capitalism and underdevelopment in Latin America**. New York: Monthly Review Press, 1967.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 33. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

GOHN, M.G. **Movimentos sociais e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2011.

GUDYNAS, E. Buen vivir: germinando alternativas al desarrollo. In: ALBÓ, X.; GALINDO, J. F. (orgs.). **Pluralismo e interculturalidad en Bolivia**. La Paz: CIPCA, 2011.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. 8. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PARSONS, T. **The social system**. New York: Free Press, 1951.

PRZEWORSKI, A.; ALVAREZ, M. E.; CHEIBUB, J. A.; LIMONGI, F. **Democracy and development: political institutions and well-being in the world, 1950-1990**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **Revista Internacional de Sociologia**, v. 58, n. 2, p. 93-126, 2000.

ROSTOW, W. W. **The stages of economic growth: a non-communist manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

ROSTOW, W. W. **The stages of economic growth: a non-communist manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 1961.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, J. **O fim da pobreza: como vencer a pobreza mundial em nossa geração**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SACHS, Wolfgang. *Planet dialectics: explorations in environment and development*. London: Zed Books, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abra-

mo, 2004.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

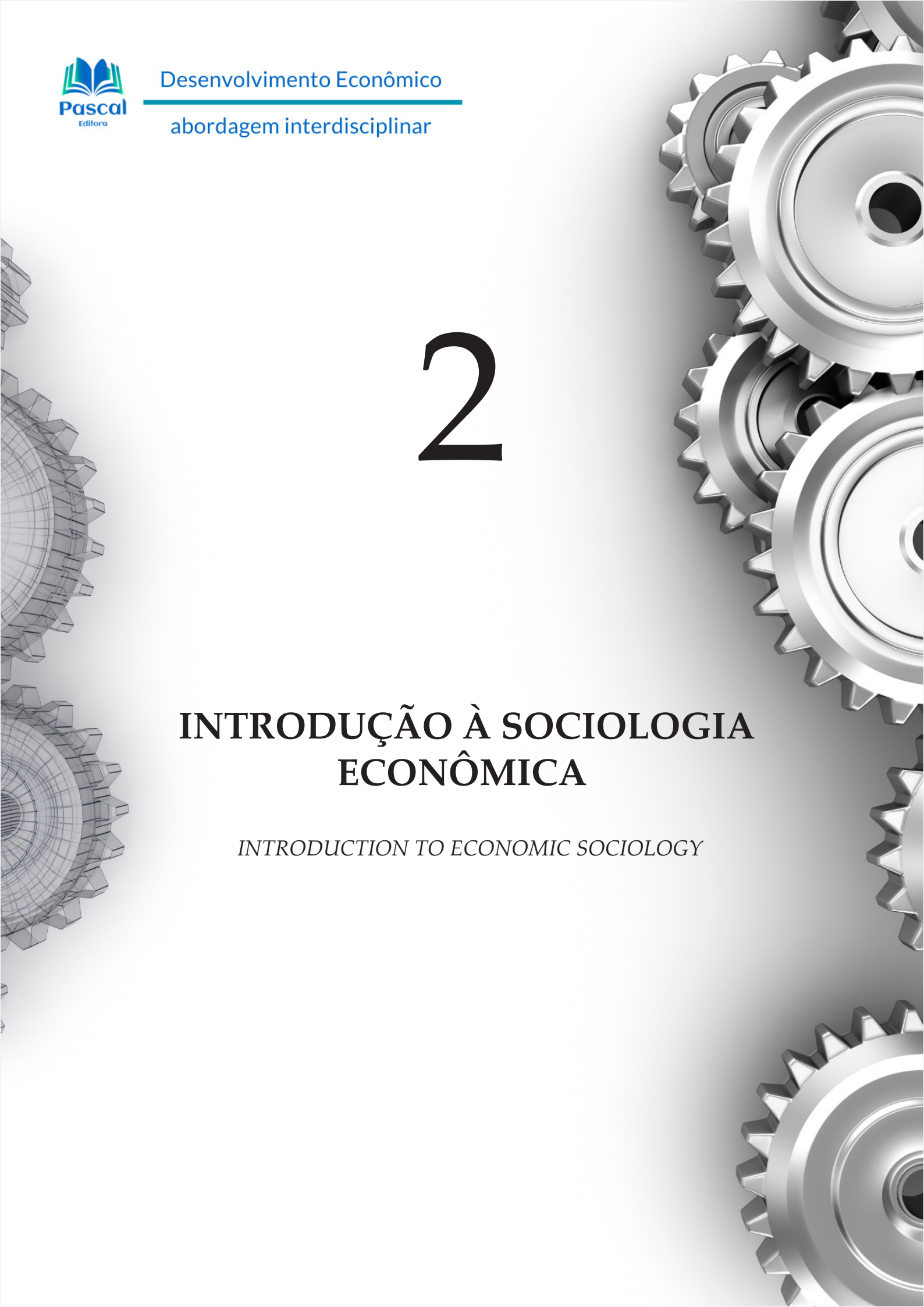
SHIVA, V. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Editora Gaia, 2005.

WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno**: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. 3. ed. São Paulo: Ática, 2006.

2

INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA ECONÔMICA

INTRODUCTION TO ECONOMIC SOCIOLOGY



RESUMO

O objetivo de conhecer os fundamentos da Sociologia Econômica, para a compreensão de suas origens, pressupostos teóricos, principais autores e debates centrais. Trata-se de estudo qualitativo, de revisão bibliográfica em publicações de pensadores clássicos e coevos da Sociologia Econômica enquanto campo de investigação. Os resultados apresentam a Sociologia Econômica como uma intersecção entre a Sociologia e a Economia. Os fundadores da sociologia, abordaram a economia imbricada na vida social, marcada por relações de poder, estruturas simbólicas, normas coletivas e instituições históricas. Os princípios da Sociologia Econômica inferem que as práticas econômicas estão enraizadas em instituições, normas, valores, redes sociais e relações de poder. Conclui-se que compreender os fundamentos e as principais abordagens da Sociologia Econômica é essencial para pesquisadores, formuladores de políticas e cidadãos críticos interessados em repensar os caminhos do desenvolvimento e da justiça social.

Palavras-chave: Sociologia econômica. Mercados. Redes sociais. Desigualdade. Economia e cultura.

ABSTRACT

The objective is to understand the foundations of Economic Sociology in order to understand its origins, theoretical assumptions, main authors and central debates. This is a qualitative study, a bibliographic review of publications by classical and contemporary thinkers of Economic Sociology as a field of research. The results present Economic Sociology as an intersection between Sociology and Economics. The founders of sociology approached the economy as intertwined with social life, marked by power relations, symbolic structures, collective norms and historical institutions. The principles of Economic Sociology infer that economic practices are rooted in institutions, norms, values, social networks and power relations. It is concluded that understanding the foundations and main approaches of Economic Sociology is essential for researchers, policy makers and critical citizens interested in rethinking the paths of development and social justice.

Keywords: Economic sociology. Markets. Social networks. Inequality. Economy and culture.

1. INTRODUÇÃO

A Sociologia Econômica constitui-se como um campo de estudo que busca compreender os fenômenos econômicos a partir de uma perspectiva sociológica, superando a dicotomia entre economia e sociedade que marcou boa parte do pensamento moderno. Este artigo propõe uma introdução ao campo, partindo do princípio de que os processos econômicos não são autônomos e puramente racionais, mas sim profundamente imbricados em estruturas sociais, normas culturais, instituições e relações de poder.

A economia, nesse sentido, não pode ser entendida como um sistema isolado ou como uma esfera de ação humana que opera segundo leis próprias e universais, ao contrário, é permeada por elementos sociais que influenciam, moldam e até mesmo determinam seus rumos. Trata-se, portanto, de pensar o econômico como um fenômeno social, historicamente situado e culturalmente construído.

A relevância da Sociologia Econômica no contexto contemporâneo está diretamente ligada às transformações profundas pelas quais o mundo tem passado nas últimas décadas. A globalização dos mercados, o avanço das tecnologias de informação, as crises financeiras recorrentes e a ampliação das desigualdades sociais e econômicas colocam em evidência os limites das análises econômicas tradicionais, especialmente aquelas pautadas pelo modelo neoclássico, que assume o comportamento racional dos agentes econômicos como dado e ignora as condicionantes sociais, históricas e culturais.

À guisa de exemplo, a pandemia da Covid-19 expôs de maneira contundente a interdependência entre esferas da vida social que costumavam ser tratadas separadamente — saúde, trabalho, consumo, mobilidade urbana, sistemas financeiros — revelando a urgência de abordagens mais complexas e integradas para compreender os desafios atuais.

Nesse cenário, a Sociologia Econômica surge como uma proposta analítica capaz de oferecer uma compreensão mais rica e multifacetada dos processos econômicos, destacando, por exemplo, a importância das redes sociais, das instituições, da confiança, da moralidade e da cultura na dinâmica dos mercados.

Ademais, a área da Sociologia Econômica não se limita a uma crítica à economia ortodoxa, mas propõe um reposicionamento epistêmico, buscando articular diferentes matrizes teóricas e metodológicas. Ao fazer isso, contribui para repensar as próprias bases do conhecimento econômico, trazendo à tona questões que muitas vezes são invisibilizadas e tratadas como secundárias nos modelos dominantes.

Temas como o papel das emoções nas decisões econômicas, a influência das normas sociais na formação de preços, ou ainda, os efeitos das redes de relações

peçoais nas trocas comerciais, são exemplos de como o campo sociológico pode lançar luz sobre aspectos que permanecem obscuros quando se adota uma abordagem puramente econômica.

Este artigo se estrutura a partir de uma metodologia qualitativa, baseada na revisão bibliográfica em publicações de pensadores clássicos e coevos que contribuíram para a consolidação da Sociologia Econômica enquanto campo de investigação. A escolha por essa abordagem teórico-analítica justifica-se tanto pelo caráter introdutório do trabalho quanto pela necessidade de sistematizar as principais contribuições que ajudam a definir os contornos epistemológicos, metodológicos e temáticos da área.

Foram consultadas obras de referência como as escrituras de Marx, Weber e Durkheim, considerados fundadores da Sociologia, bem como os trabalhos de autores mais recentes como Mark Granovetter, Viviana Zelizer, Richard Swedberg e Harrison White, que protagonizaram o que se convencionou chamar de “nova sociologia econômica”, sobretudo a partir da década de 1980.

A problemática que norteia este artigo pode ser sintetizada na seguinte questão: de que forma os fenômenos econômicos podem ser compreendidos a partir de uma abordagem sociológica, que considere os aspectos sociais, culturais, institucionais e históricos envolvidos nas práticas econômicas? Tal questão emerge diante da constatação de que a economia, quando analisada exclusivamente por meio de modelos abstratos e dedutivos, tende a desconsiderar as múltiplas determinações sociais que configuram os contextos nos quais os agentes econômicos atuam.

Essa limitação é particularmente evidente em contextos marcados por desigualdades estruturais, informalidade, dinâmicas de reciprocidade e laços comunitários, como é o caso de muitos países do Sul Global. Assim, torna-se necessário questionar os pressupostos do *homo economicus* e adotar uma concepção ampliada de ação econômica, que incorpore variáveis como cultura, redes sociais, instituições e práticas cotidianas.

Destarte, o objetivo geral do estudo foi conhecer os fundamentos da Sociologia Econômica, para a compreensão de suas origens, pressupostos teóricos, principais autores e debates centrais.

Para alcançar esse objetivo, propõem-se os seguintes objetivos específicos: (a) Contextualizar o surgimento da Sociologia Econômica e sua diferenciação em relação à economia clássica; (b) Discutir as contribuições dos autores clássicos da sociologia para a análise das práticas econômicas; (c) Mapear os principais temas de pesquisa e as abordagens contemporâneas desenvolvidas no campo; e (d) Destacar a importância da Sociologia Econômica para a compreensão dos fenômenos econômicos no Brasil e no mundo atual.

2. ORIGENS E DESENVOLVIMENTO DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA

A Sociologia Econômica surgiu a partir da intersecção entre dois campos do saber que, embora hoje frequentemente separados nas academias, compartilham origens comuns: a Sociologia e a Economia.

No ocaso do século XIX e início do século XX, era comum que os primeiros pensadores sociais abordassem os fenômenos econômicos dentro de uma perspectiva mais ampla, que levava em consideração aspectos sociais, culturais, morais e institucionais. A cisão entre essas disciplinas veio posteriormente, à medida que a economia passou a adotar uma abordagem cada vez mais matemática e formalizada, distanciando-se das preocupações com o contexto social e histórico que tanto interessavam à sociologia clássica.

Com isso, consolidou-se uma divisão entre as análises econômicas e sociológicas, cuja superação se tornou uma das tarefas centrais da Sociologia Econômica (Swedberg, 2003).

Entre os principais marcos do surgimento da disciplina, é necessário destacar as contribuições dos chamados “pais fundadores” da sociologia. Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim, ainda que não tenham utilizado a expressão “Sociologia Econômica” de forma sistemática, lançaram as bases para sua construção.

Karl Marx dedicou-se a compreender as estruturas econômicas do capitalismo como formações sociais historicamente determinadas. Para ele, o modo de produção capitalista engendra não apenas formas específicas de exploração econômica, mas instituições, valores e subjetividades que naturalizam e reproduzem essas relações. Segundo o autor, “o modo de produção da vida material condiciona, em geral, o processo social, político e espiritual da vida” (Marx; Engels, 2007, p. 47), indicando que as relações econômicas não podem ser dissociadas de seu contexto social mais amplo.

Max Weber apresentou uma análise mais voltada à ação social e à racionalização dos sistemas econômicos. Em sua obra clássica “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, o autor procurou entender como determinadas orientações religiosas e valores culturais influenciaram o desenvolvimento do capitalismo moderno, argumentando que o comportamento econômico é moldado por um *ethos* que vai além da mera busca por lucro.

Para Weber (2004), o capitalismo não surgiu apenas por mudanças nas condições materiais, mas por transformações culturais e religiosas que proporcionaram uma nova ética do trabalho e da acumulação. Sua preocupação em compreender os sentidos atribuídos às ações econômicas e a relação entre cultura e economia configura uma das bases da Sociologia Econômica contemporânea.

Émile Durkheim, por sua vez, enxergava a economia como parte de um sistema moral mais amplo, defendendo que a coesão social e a solidariedade são elementos fundamentais para o funcionamento das instituições econômicas. Em “A Divisão do Trabalho Social”, o autor argumenta que a crescente especialização das funções econômicas deve ser compreendida como um fenômeno moral e não apenas técnico.

Para ele, “as regras econômicas são uma variedade das regras morais” (Durkheim, 2007, p. 327), apontando que os vínculos entre indivíduos e grupos são tão importantes quanto os mecanismos de mercado para explicar os processos econômicos.

Conquanto os contributos desses autores clássicos, o campo da economia, especialmente a partir da segunda metade do século XX, caminhou no sentido da formalização e do isolamento disciplinar. A economia neoclássica, que se tornou hegemônica nesse período, passou a operar com modelos abstratos, fundada na noção de agentes racionais maximizadores de utilidade, e desconsiderou a influência das estruturas sociais e institucionais sobre as escolhas econômicas.

Essa ruptura entre economia e sociologia fez com que os estudos econômicos perdessem parte de sua capacidade explicativa diante da complexidade do mundo social, pontua Zelizer (1994).

A reação a essa hegemonia veio com força a partir dos anos 1980, quando diversos sociólogos começaram a se mobilizar para reaproximar os dois campos, dando origem ao que ficou conhecido como *new economic sociology* ou “nova sociologia econômica. Um dos marcos fundadores desse movimento foi o artigo de Mark Granovetter, intitulado *Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness*, publicado em 1985. Nesse texto, Granovetter (1985), critica tanto a concepção utilitarista da economia neoclássica quanto às abordagens “substantivistas” da Antropologia Econômica, propondo uma terceira via: a ideia de que as ações econômicas estão “enraizadas” (*embedded*) em redes sociais concretas.

O autor afirma que “os padrões de ação econômica são moldados por redes duradouras de relações interpessoais” (Granovetter, 1985, p. 490), apontando que elementos como confiança, reputação e reciprocidade são cruciais para o funcionamento dos mercados.

A partir dessa reorientação proposta por Granovetter (1985), outros autores contribuíram para o desenvolvimento da Sociologia Econômica como campo autônomo e institucionalizado. Zelizer (1994), por exemplo, dedicou-se a estudar a influência da cultura e das emoções nos processos econômicos.

Em sua obra *The Social Meaning of Money* (1994), a autora apresenta como o dinheiro, geralmente considerado um símbolo de racionalidade impessoal, é na ver-

dade usado de forma simbólica, afetiva e moral em diferentes contextos sociais. Zelizer (1994) sustenta que “as práticas cotidianas dão significado ao dinheiro e o diferenciam socialmente”, contrariando a ideia de que ele possui um valor único e universal.

Richard Swedberg, outro nome fundamental para a consolidação da área. Ele defende a importância de uma abordagem sociológica dos mercados, entendendo-os não como espaços neutros de trocas voluntárias, mas como construções sociais reguladas por normas, instituições e estruturas de poder. Para ele, “os mercados são arenas sociais moldadas por regras formais e informais, pelas ações dos Estados, e pelas relações sociais entre os participantes” (Swedberg, 2003, p. 19). Swedberg é responsável por diversas sistematizações teóricas da Sociologia Econômica, tendo proposto modelos analíticos e tipologias que ajudam a definir os contornos do campo.

No entanto, importa notar que o movimento de reaproximação **entre economia e sociologia** encontrou eco em outras tradições intelectuais. A Antropologia Econômica, com autores como Karl Polanyi, apontou os limites da economia de mercado autorregulada. Em sua obra clássica “A Grande Transformação”, Polanyi (2000), o autor argumenta que o surgimento do mercado moderno não foi um processo natural e espontâneo, mas sim uma construção política e institucional promovida pelos Estados nacionais.

Para ele, “a economia de mercado é uma instituição artificial, implantada mediante intervenção estatal” (Polanyi, 2000, p. 84), que desafia a tese liberal da autorregulação. Seu conceito de *embeddedness* foi, inclusive, retomado e ampliado por Granovetter em seu trabalho publicado em 1985.

No Brasil, a Sociologia Econômica tem se desenvolvido, ainda que de forma mais tímida em relação a outros países. Autores como Luiz Filgueiras, Lena Lavinhas, André Botelho e Rubem Luiz de Oliveira têm explorado temas como discrepância social, informalidade, políticas públicas e desenvolvimento econômico sob a ótica da sociologia.

Os estudos sobre economia popular, trabalho informal, redes de solidariedade e economia solidária são exemplos de como a perspectiva sociológica pode contribuir para a análise de realidades econômicas complexas, marcadas por dinâmicas que escapam à lógica dos modelos econômicos tradicionais.

O desenvolvimento institucional da Sociologia Econômica merece destaque com a criação de redes de pesquisa, grupos de estudo e periódicos dedicados ao tema ajudando a consolidar a área. Nos Estados Unidos da América (EUA), a *American Sociological Association* (ASA) criou uma seção específica para a Sociologia Econômica. Na Europa, conferências e publicações especializadas têm fomentado

o diálogo entre pesquisadores.

No Brasil, eventos como os encontros da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) passaram a incluir eixos temáticos voltados às interfaces entre economia e sociedade, o que revela o crescente interesse pela área.

3. FUNDAMENTOS DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA

Os fundamentos da Sociologia Econômica remetem à constituição da própria sociologia como ciência e às contribuições dos seus pensadores clássicos na análise das dinâmicas econômicas.

Posto que a delimitação entre os campos da economia e da sociologia tenha se acentuado ao longo do século XX, é importante destacar que, nos primórdios da sociologia, as questões econômicas estavam no centro das preocupações analíticas (Zelizer, 1994). Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim, considerados os fundadores da sociologia, abordaram a economia não como um domínio isolado, mas como uma dimensão profundamente imbricada na vida social, marcada por relações de poder, estruturas simbólicas, normas coletivas e instituições históricas. Suas obras lançaram as bases para a compreensão da economia como fenômeno social, o que se tornaria, posteriormente, o cerne da Sociologia Econômica.

Karl Marx (1818–1883), é uma figura incontornável na análise das relações econômicas como expressões das estruturas sociais. Sua obra propõe uma crítica radical à economia política clássica, especialmente às teorias de Adam Smith, David Ricardo e outros autores que viam o mercado como uma esfera natural e autorregulada.

Para Marx, a economia é uma construção histórica e social, fundamentada nas relações de produção, nas lutas de classe e na exploração do trabalho pelo capital. Em “O Capital”, sua obra maior, Marx (2013) desenvolve a ideia de que o modo de produção capitalista estrutura toda a sociedade, condicionando as formas de vida, as instituições e a ideologia dominante.

O conceito de “fetichismo da mercadoria” é emblemático ao denunciar como as relações sociais entre pessoas são mediadas por coisas, mascarando as verdadeiras relações de dominação presentes no processo de produção e troca.

A análise marxiana do trabalho, da mais-valia e da acumulação de capital revela como os fenômenos econômicos são inseparáveis das relações sociais. Ao tratar da economia como parte de uma totalidade social histórica e contraditória, Marx (2013) inaugura uma perspectiva materialista que tem profunda influência sobre a Sociologia Econômica crítica. Segundo Harvey (2005), a leitura marxista continua sendo fundamental para compreender as crises econômicas contemporâ-

neas e os mecanismos de reprodução das desigualdades sociais.

Max Weber (1864–1920), por sua vez, parte de uma abordagem distinta, centrada na compreensão dos significados atribuídos pelos atores sociais às suas ações. Em “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, Weber (2004) investiga como determinadas crenças religiosas, especialmente o protestantismo calvinista, contribuíram para o surgimento do *ethos* capitalista moderno.

Ao associar o comportamento econômico racional à racionalidade ascética da ética protestante, Weber introduz uma dimensão cultural e simbólica na análise econômica, destacando a relevância dos valores, crenças e disposições subjetivas na formação das estruturas econômicas.

Ademais disso, Weber elabora o conceito de ação social, segundo o qual toda ação humana só pode ser compreendida dentro de um contexto de sentido compartilhado. Com isso, ele rompe com a concepção utilitarista da economia clássica, que vê os agentes como indivíduos isolados e racionais maximizadores de utilidades.

Para Weber, o comportamento econômico é uma forma de ação social que deve ser analisada a partir das motivações subjetivas dos agentes e das instituições em que estão inseridos. Como destaca Swedberg (2005), Weber foi um dos primeiros a propor uma sociologia da economia que se preocupava tanto com os aspectos objetivos quanto com os subjetivos das práticas econômicas.

Émile Durkheim (1858–1917), por sua vez, contribui com uma perspectiva voltada à análise das estruturas sociais e à função que estas exercem na coesão e na ordem social. Em obras como “A Divisão do Trabalho Social”, Durkheim (2000) interpreta o crescimento da interdependência econômica como uma forma de solidariedade orgânica, característica das sociedades modernas. Ele argumenta que, à medida que as sociedades se tornam mais complexas, a divisão do trabalho cria uma teia de interações econômicas que exige novas formas de regulação moral e institucional.

Outrossim, para Durkheim, o mercado não é uma entidade autônoma, mas uma instituição social que necessita de normas para funcionar adequadamente.

Do mesmo modo, Durkheim alerta para os riscos do “estado anômico” — a ausência de regulação moral nas atividades econômicas — que pode levar à desintegração social. A sua crítica às formas desregradas de concorrência antecipa discussões contemporâneas sobre a mercantilização de todas as esferas da vida e os efeitos perversos do neoliberalismo.

Como destaca Polanyi (2000), cuja obra dialoga fortemente com o legado de Durkheim, a tentativa de submeter toda a vida social à lógica do mercado gera desorganização social e ameaça a própria coesão das comunidades.

A leitura conjunta desses três autores permite compreender a economia como uma prática socialmente situada, moldada por estruturas históricas, significados simbólicos e normas coletivas. Essa perspectiva contrasta fortemente com o individualismo metodológico que fundamenta a economia neoclássica, cuja base analítica reside no conceito de *homo economicus* — um agente racional, egoísta e descontextualizado socialmente.

Por conseguinte, a crítica ao individualismo metodológico se configura em um dos pilares da Sociologia Econômica contemporânea. Granovetter (1985), um dos principais expoentes da “nova sociologia econômica”, afirma que a economia está “imersa” em redes sociais, isto é, as decisões econômicas não podem ser explicadas de forma adequada sem considerar os laços sociais e as instituições que estruturam o comportamento dos indivíduos.

A abordagem neoclássica, ao abstrair os contextos sociais, culturais e históricos, acaba por construir modelos teóricos que, embora matematicamente elegantes, carecem de realismo sociológico. Como observa Bourdieu (2000), essa abstração leva a uma “ficção teórica” que ignora as condições reais nas quais acontecem as práticas econômicas. Para o autor, é necessário um “realismo relacional” que considere os capitais econômicos, sociais e simbólicos que os agentes mobilizam nas diversas arenas da vida social, incluindo o mercado.

Nesse sentido, a Sociologia Econômica recupera e atualiza os fundamentos clássicos da sociologia para oferecer interpretações mais complexas da economia. Ao fazer isso, contribui para um movimento de reconceitualização dos fenômenos econômicos, resgatando a importância da moral, da cultura, da confiança e das redes sociais. Viviana Zelizer (1994), por exemplo, demonstra em suas pesquisas como o dinheiro, frequentemente considerado neutro e impessoal pela teoria econômica, é profundamente influenciado por valores afetivos, normas culturais e relações sociais.

Ademais disso, autores como Mark Granovetter, Richard Swedberg e Harrison White retomam as contribuições de Weber, Marx e Durkheim no desenvolvimento de teorias que explicam como os mercados são formados, mantidos e transformados por interações sociais.

Swedberg (2003) enfatiza que a economia não deve ser estudada isoladamente, mas em relação às instituições sociais que a estruturam. Granovetter (1985) argumenta que o comportamento econômico está “imerso em estruturas sociais concretas”, e que os modelos baseados no individualismo metodológico são incapazes de explicar, por exemplo, a confiança nas transações e a persistência de redes informais de troca.

Consequentemente, a crítica ao individualismo metodológico não é apenas te-

órica, mas metodológica e epistemológica. Ela exige uma mudança no modo como se constrói o conhecimento sobre os fenômenos econômicos, valorizando abordagens qualitativas, análises históricas e interpretações contextualizadas. Como afirma Jessop (2001), a economia não pode ser compreendida separadamente da sociedade, e qualquer tentativa de fazê-lo resulta em análises parciais e ideologicamente comprometidas.

4. A SOCIOLOGIA ECONÔMICA NO BRASIL E NO MUNDO: epistemologias e principais abordagens contemporâneas

A Sociologia Econômica contemporânea apresenta um escopo analítico cada vez mais plural e refinado, resultado de décadas de reconstrução teórica e empírica em torno da relação entre o econômico e o social. Diferentemente da tradição econômica neoclássica, que tende a compreender os agentes como racionais, maximizadores de utilidade e operando em mercados ideais, a Sociologia Econômica parte do princípio de que as práticas econômicas estão profundamente enraizadas em instituições, normas, valores, redes sociais e relações de poder.

Nesse sentido, ao invés de tratar o mercado como uma entidade abstrata e autorregulada, essa abordagem entende os mercados como construções sociais, permeadas por dinâmicas históricas e culturais específicas.

Entre os temas centrais que estruturam o campo, destacam-se os estudos sobre instituições econômicas e redes sociais. As instituições, entendidas como regras formais e informais que organizam a vida econômica, são analisadas a partir de sua função de coordenação dos comportamentos dos agentes, garantindo previsibilidade e estabilidade às interações econômicas.

À guisa de exemplo, North (1990) destaca o papel das instituições na redução das incertezas dos processos de troca, sendo fundamentais para o desenvolvimento econômico. Na Sociologia Econômica, entretanto, esse enfoque institucional é enriquecido com a consideração das normas sociais, da cultura e da reciprocidade como dimensões centrais.

Granovetter (1985) argumenta que a ação econômica está sempre “imersa” em redes de relações sociais que moldam o comportamento dos indivíduos. Ele critica tanto a visão subsocializada da economia neoclássica quanto a super-socializada da sociologia estruturalista, propondo que a análise econômica deve considerar a interação social como uma variável explicativa.

Essa imersão social das atividades econômicas implica que os mercados, longe de serem arenas neutras de troca entre agentes racionais, são construções sociais que envolvem regras, símbolos, expectativas compartilhadas e estruturas de po-

der. A ideia de que os mercados são arenas culturais e morais foi amplamente desenvolvida por Zelizer (1994), que demonstrou, por meio de pesquisas empíricas, como as relações econômicas não podem ser reduzidas a interesses individuais.

A autora revela como o dinheiro assume significados diversos a depender do contexto social em que circula, sendo, muitas vezes, moralmente qualificado e socialmente limitado. Essa perspectiva se insere em uma abordagem que pode ser chamada de “economia moral”, a qual considera que práticas econômicas estão sempre atravessadas por valores, emoções e expectativas morais.

Ademais da dimensão institucional e moral da economia, a Sociologia Econômica tem se debruçado sobre a questão da confiança, da reciprocidade e do capital social como elementos-chave das interações econômicas. Coleman (1990) e Bourdieu (2000), contribuíram para a sistematização do conceito de capital social, evidenciando sua importância na geração de laços de cooperação, redes de apoio e benefícios coletivos.

Coleman, a título de exemplo, entende o capital social como um recurso que emerge da estrutura das relações sociais e que pode ser utilizado para facilitar certas ações dentro de uma estrutura social. Já Bourdieu concebe o capital social como o conjunto de recursos vinculados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento mútuo. Em ambas as concepções, o capital social aparece como um elemento que conecta o indivíduo ao coletivo, sendo fundamental para a consolidação de vínculos de confiança em contextos de interação econômica.

Outro eixo importante de análise da Sociologia Econômica é a relação entre cultura, valores e práticas econômicas. A cultura é compreendida como um repertório simbólico que informa, orienta e legitima os comportamentos dos agentes econômicos. Em exemplo, Swedberg (2003) salienta que as motivações econômicas são frequentemente moldadas por visões de mundo, crenças religiosas, tradições familiares e representações sociais que atribuem sentido à ação econômica.

Essa abordagem cultural é particularmente útil para compreender como diferentes sociedades estruturam suas economias de maneiras distintas, resistindo à homogeneização imposta pelos modelos econômicos dominantes. Tal perspectiva abre espaço para o reconhecimento da pluralidade de formas econômicas — como o cooperativismo, o mutualismo, a economia solidária — que escapam aos parâmetros da racionalidade instrumental.

Nesse sentido, a Sociologia Econômica tem se voltado para o estudo das desigualdades e da estratificação econômica, com vistas a compreender como as estruturas sociais de classe, gênero e raça influenciam o acesso aos recursos econômicos e as oportunidades de mobilidade social. A análise das desigualdades ultrapassa

a mensuração estatística e incorpora uma perspectiva relacional, que considera os processos históricos e institucionais responsáveis pela reprodução das hierarquias sociais.

Pensadores como Wright (2005), têm contribuído com teorias que articulam estrutura de classes e regimes econômicos, oferecendo modelos analíticos para pensar alternativas ao capitalismo desigual. A sociologia das desigualdades econômicas se beneficia de contribuições como as de Piketty (2014), que embora não seja sociólogo, oferece uma leitura crítica da concentração de riqueza e de suas implicações políticas e sociais.

As abordagens contemporâneas da Sociologia Econômica, reunidas sob o termo “nova sociologia econômica”, propõem uma renovação das teorias clássicas com base em evidências empíricas e metodologias inovadoras. Como mencionado anteriormente, Mark Granovetter introduziu o conceito de *embeddedness* para indicar que a ação econômica está inserida em redes sociais.

A partir dessas considerações proliferaram estudos sobre redes econômicas, interações sociais e confiança, com destaque para os trabalhos de Harrison White (2002), que analisou os mercados como estruturas de interações entre produtores, e não como espaços de troca entre indivíduos anônimos. Para White, os mercados se constituem como sistemas de observação mútua, em que os atores se posicionam estrategicamente em relação aos demais, desenvolvendo rotinas e estratégias com base em informações sociais.

A dimensão cultural e simbólica da economia, por sua vez, foi aprofundada por Zelizer (1994), que contribuiu significativamente para o entendimento das “esferas de troca” e das “fronteiras simbólicas” que os agentes constroem para distinguir relações econômicas legítimas e ilegítimas. Essa perspectiva dialoga com a noção de economia moral, proposta por Thompson (1971) e atualizada por autores como Fassin (2012), que investigam os conflitos sociais e éticos que emergem em torno das práticas econômicas.

A “sociologia dos mercados”, desenvolvida por autores como Beckert (2009), examina como os mercados funcionam a partir de dispositivos sociais como regras, classificações, formas de valoração e estruturas de coordenação, sendo particularmente útil para analisar os mercados financeiros contemporâneos.

No Brasil, a Sociologia Econômica tem se desenvolvido de maneira progressiva, embora ainda enfrente desafios quanto à consolidação institucional e à produção teórica própria. A tradição sociológica brasileira, historicamente voltada para a análise das desigualdades sociais, da formação do Estado e do desenvolvimento, contribuiu de forma indireta para os estudos econômicos ao lançar luz sobre os mecanismos sociais que condicionam o funcionamento da economia. Florestan

Fernandes, Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso inseriram elementos sociológicos em suas análises do subdesenvolvimento e da dependência, antecipando preocupações que seriam retomadas pela Sociologia Econômica.

Presentemente, há um esforço crescente de institucionalização do campo por meio de grupos de pesquisa, eventos acadêmicos e publicações especializadas. Pesquisadores como Lena Lavinas, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, André Botelho e Ricardo Abramovay têm contribuído com estudos que articulam economia e sociedade, a partir de diferentes enfoques como a análise das políticas públicas, da economia solidária, da informalidade e da sustentabilidade.

Lavinas, por exemplo, tem se destacado na crítica à financeirização das políticas sociais e na defesa de um Estado de bem-estar que enfrente as raízes estruturais da pobreza (Lavinas, 2017). Já Abramovay propõe uma leitura ecológica da economia, que problematiza os limites do crescimento e a necessidade de transições sustentáveis.

Entre os temas mais estudados no Brasil **área** da Sociologia Econômica, destacam-se a economia informal, a desigualdade, o desenvolvimento e as políticas públicas. O estudo da informalidade, por exemplo, é fundamental para compreender a dinâmica econômica de grande parte da população brasileira, especialmente nos centros urbanos.

Gohn (2011), aborda a economia informal como espaço de resistência e criatividade, reptando a visão estigmatizante que associa informalidade à precariedade. Da mesma forma, a análise das políticas públicas sob uma ótica sociológica permite identificar os entraves estruturais que impedem a inclusão econômica, assim como as disputas simbólicas e materiais que moldam as decisões governamentais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Sociologia Econômica, ao tensionar as fronteiras entre o social e o econômico, oferece uma perspectiva crítica e abrangente sobre os fenômenos econômicos contemporâneos. Ao considerar que os mercados, as instituições e as decisões econômicas são moldadas por relações sociais, normas culturais e estruturas de poder, esse campo rompe com a visão individualista da teoria econômica dominante, contribuindo para uma compreensão mais realista e complexa da vida econômica.

As abordagens contemporâneas da Sociologia Econômica — como a nova sociologia econômica, a economia moral e a sociologia dos mercados — têm sido fundamentais para analisar questões como desigualdade, informalidade, desenvolvimento e financeirização. No Brasil, embora o campo ainda esteja em processo de consolidação, há um crescimento significativo da produção acadêmica voltada

a temas socialmente relevantes, especialmente no que diz respeito às dinâmicas econômicas periféricas, às políticas públicas e às transformações no mundo do trabalho.

Em última análise, pode-se concluir que compreender os fundamentos e as principais abordagens da Sociologia Econômica é essencial para pesquisadores, formuladores de políticas e cidadãos críticos interessados em repensar os caminhos do desenvolvimento e da justiça social.

Em epítome, trata-se de um campo que amplia o olhar sobre a economia, evidenciando que, por trás de números e estatísticas, estão sujeitos, relações e valores que constroem — e podem transformar — as estruturas sociais e econômicas da nossa realidade.

REFERÊNCIAS

- BECKER, J. The social order of markets. **Theor Soc.**, v. 38, p 245-269, 2009.
- BOURDIEU, P. **As estruturas sociais da economia**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- COLEMAN, J. S. **Foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.
- DURKHEIM, É. **A divisão do trabalho social**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- DURKHEIM, É. **A divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FASSIN, D. **A razão humanitária: uma história moral do presente**. São Paulo: EdUFS-Car, 2012.
- GOHN, M. G. **Movimentos sociais e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.
- JESSOP, B. Bringin the state back in (yet again): reviews, revisions, rebuttals and redirections. **International Review of Sociology**, v. 11, n. 2, p. 149-173, 2001.
- LAVINAS, L. **The takeover of social policy by financialization**. New York: Palgrave Macmillan, 2017.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.
- NORTH, D. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro:

Campus, 2000.

SWEDBERG, R. **Max Weber and the Idea of economic sociology**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

SWEDBERG, R. **Principles of economic sociology**. Princeton: Princeton University Press, 2003.

THOMPSON, E. P. The moral economy of the english crowd in the eighteenth century. **Past and Present**, n. 50, p. 76–136, 1971.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WHITE, H. C. **Markets from networks: socioeconomic models of production**. Princeton: Princeton University Press, 2002.

WRIGHT, E. O. **Classes**. London: Verso, 2005.

ZELIZER, V. A. **The social meaning of money: pin money, paychecks, poor relief, and other currencies**. New York: Basic Books, 1994.

3

DESENVOLVIMENTO REGIONAL: uma breve reflexão

REGIONAL DEVELOPMENT: a brief reflection

RESUMO

Estudo com objetivo de apontar uma breve reflexão conceitual e crítica sobre o desenvolvimento regional. Trata-se de revisão bibliográfica, qualitativa, de abordagem teórica e reflexiva, fundamentada em autores que são referência no campo dos estudos regionais. Os resultados apontam que o desenvolvimento regional envolve fatores sociais, políticos, históricos, culturais e territoriais. O desenvolvimento regional requer investimentos em políticas públicas e participação social, um desenvolvimento equitativo, considerando as especificidades do território, com abordagens integradas e sustentáveis. É fundamental reconhecer os saberes locais, uso racional dos recursos naturais e fortalecer os mecanismos de controle social sobre as políticas públicas. Conclui-se que é um processo político, participativo e situado, que respeita a diversidade territorial e promove justiça social. As estratégias devem considerar as especificidades de cada território, aliada à atuação do Estado e da sociedade civil, fundamental na superação das desigualdades e a consolidação de um projeto nacional de desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional. Desigualdades territoriais. Planejamento regional. Políticas públicas. Sustentabilidade.

ABSTRACT

This study aims to provide a brief conceptual and critical reflection on regional development. This is a qualitative bibliographic review with a theoretical and reflective approach, based on authors who are references in the field of regional studies. The results indicate that regional development involves social, political, historical, cultural and territorial factors. Regional development requires investment in public policies and social participation for equitable development, considering the specificities of the territory, with integrated and sustainable approaches. It is essential to recognize local knowledge, rational use of natural resources and strengthen mechanisms of social control over public policies. It is concluded that it is a political, participatory and situated process that respects territorial diversity and promotes social justice. Strategies must consider the specificities of each territory, combined with the action of the State and civil society, which is fundamental to overcoming inequalities and consolidating a national development project.

Keywords: Regional development. Territorial inequalities. Regional planning. Public policies. Sustainability.

1. INTRODUÇÃO

O debate sobre o desenvolvimento regional tem se intensificado nas últimas décadas, especialmente diante das profundas desigualdades territoriais que persistem em diversas partes do mundo, notadamente nos países da América Latina e, em particular, no Brasil. A busca por um desenvolvimento que seja equilibrado, inclusivo e capaz de atender às especificidades de cada região tem se revelado uma das maiores inquietações de estudiosos, gestores públicos e da sociedade em geral.

Em tempos de crescente globalização, onde os fluxos econômicos e culturais se intensificam, torna-se ainda mais evidente a necessidade de compreender as dinâmicas regionais e as múltiplas formas de inserção dos territórios no sistema econômico global. Nesse contexto, a reflexão sobre o que é, de fato, o desenvolvimento regional adquire centralidade no campo das ciências sociais aplicadas, uma vez que envolve questões econômicas, políticas, sociais, ambientais e culturais, exigindo abordagens interdisciplinares e críticas.

A relevância do tema se justifica, primeiramente, pelo fato de que o desenvolvimento regional não se trata apenas de uma questão técnica ou econômica, mas de uma problemática profundamente política. Trata-se da disputa em torno de quais regiões devem ser priorizadas em termos de investimentos, infraestrutura, acesso a políticas públicas e oportunidades de crescimento. Quando se observa o território nacional, percebe-se uma marcante concentração de riquezas e serviços nas regiões metropolitanas e nos grandes centros urbanos, em detrimento das periferias regionais, zonas rurais e áreas de menor expressão econômica.

Essa disparidade compromete a coesão social, acirra desigualdades e gera problemas estruturais como migração forçada, desemprego, pobreza extrema e exclusão social. Refletir sobre o desenvolvimento regional, portanto, é refletir sobre justiça social, equidade e o direito ao território.

Ademais disso, o desenvolvimento regional precisa ser compreendido para além dos indicadores tradicionais de crescimento econômico, como o Produto Interno Bruto (PIB) e o aumento da renda per capita. Embora esses elementos sejam importantes, eles não traduzem, por si sós, as reais condições de vida das populações locais. É possível que uma região apresente crescimento econômico significativo sem que isso represente melhorias efetivas nas condições de saúde, educação, habitação e participação política da população.

Destarte, o desenvolvimento regional deve ser entendido como um processo complexo e multifacetado, que envolve não apenas o crescimento quantitativo das atividades econômicas, mas também a promoção da qualidade de vida, a valorização das identidades locais, a sustentabilidade ambiental e o fortalecimento das

capacidades institucionais de cada território.

Outrossim, faz-se mister atentar a pesquisa para a importância de discutir o desenvolvimento regional é o avanço de políticas públicas voltadas à descentralização e ao fortalecimento dos territórios.

À guisa de exemplo, no Brasil a Constituição Federal de 1988 estabeleceu novos marcos institucionais para a organização do Estado, conferindo maior autonomia aos entes federativos e estimulando a implementação de políticas regionais articuladas às especificidades locais. A partir disso, surgiram diversos programas de desenvolvimento regional, iniciativas de planejamento territorial e estratégias de integração intermunicipal e interestadual, como os consórcios públicos e os Arranjos Produtivos Locais (APLs).

No entanto, muitos desses esforços ainda enfrentam desafios significativos relacionados à governança, à articulação entre os diversos níveis de governo, à escassez de recursos e à ausência de uma visão estratégica integrada. Refletir criticamente sobre essas questões é fundamental para qualificar as políticas e ações voltadas ao desenvolvimento regional.

Neste sentido, a escolha do tema deste artigo parte da necessidade de contribuir para o debate conceitual sobre o desenvolvimento regional, considerando que ainda há muita confusão e generalizações em torno do uso desse termo.

Em muitos discursos políticos e institucionais, fala-se em “desenvolver a região” sem que haja uma clara compreensão sobre o que isso implica, quais interesses estão em jogo, quem são os agentes envolvidos e quais os critérios utilizados para definir o que é desenvolvimento. Tal lacuna conceitual dificulta a formulação de políticas públicas eficazes e compromete os resultados esperados, além de abrir espaço para abordagens tecnicistas e descoladas das realidades locais.

Destarte, torna-se urgente retomar o debate teórico e político sobre o desenvolvimento regional, reconhecendo suas múltiplas dimensões e a complexidade de sua operacionalização. Visto isto, o objetivo deste artigo, portanto, é apontar uma breve reflexão conceitual e crítica sobre o desenvolvimento regional.

Ao invés de apresentar uma abordagem exaustiva ou de caráter empírico, a proposta aqui é estimular a reflexão a partir de questionamentos centrais: O que significa desenvolver uma região? Quais são os critérios que definem se uma região está ou não em desenvolvimento? Qual o papel do Estado, da sociedade e do mercado nesse processo? Como as desigualdades históricas e estruturais influenciam nas possibilidades de desenvolvimento dos territórios?

Tais questões servem como ponto de partida para um exercício crítico que visa não apenas conceituar o desenvolvimento regional, mas também problematizá-lo à luz dos desafios contemporâneos.

Do ponto de vista metodológico, o artigo se baseia em uma revisão bibliográfica, de abordagem teórica e reflexiva, fundamentada em autores que são referência no campo dos estudos regionais. Esses pensadores oferecem aportes distintos e complementares sobre o tema, permitindo uma leitura mais ampla e crítica do desenvolvimento regional, especialmente no contexto latino-americano.

A reflexão também considera documentos institucionais e políticas públicas que tratam do desenvolvimento regional, buscando relacionar os conceitos teóricos com as práticas concretas. A escolha por uma abordagem reflexiva se justifica pela intenção de fomentar o debate e estimular novas investigações que possam aprofundar os aspectos aqui apenas esboçados.

Em epítome, este artigo parte do pressuposto de que o desenvolvimento regional não é um destino automático, nem um processo neutro ou espontâneo. Ele depende de escolhas políticas, de projetos societários e da capacidade de articulação entre diferentes atores e escalas. Ao trazer à tona uma reflexão crítica sobre esse conceito, espera-se contribuir para uma compreensão mais rica e engajada da temática, capaz de orientar tanto a pesquisa acadêmica quanto a formulação de políticas públicas mais justas e eficazes.

Em última análise, pensar o desenvolvimento regional é também pensar o futuro de nossas sociedades e os caminhos possíveis para superar as desigualdades que ainda marcam profundamente os territórios.

2. PANORAMA HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O conceito de desenvolvimento regional, tal como é compreendido hoje, é fruto de uma longa construção histórica influenciada por contextos de transformação econômica, política e social. Desde suas formulações iniciais, essa ideia esteve vinculada ao desafio de superar as desigualdades territoriais, sobretudo em países com fortes contrastes regionais. O surgimento de políticas específicas para determinadas regiões tem sido motivado pela tentativa de promover coesão territorial e crescimento mais equilibrado, principalmente em áreas economicamente marginalizadas (Boisier, 2001).

A partir do pós-Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento regional ganhou visibilidade no cenário internacional, impulsionado pelas demandas de reconstrução da Europa e pela reorganização econômica global. Nesse contexto, as teorias keynesianas passaram a fundamentar a intervenção do Estado no planejamento econômico, defendendo a necessidade de atuação governamental para corrigir desequilíbrios e promover crescimento equilibrado entre regiões (Santos,

2006).

O fortalecimento do papel do Estado na indução ao desenvolvimento foi essencial para a institucionalização das primeiras políticas regionais sistematizadas.

Na América Latina, especialmente no Brasil, a questão regional ganhou destaque a partir da década de 1950 com a influência decisiva da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Essa instituição criticou a teoria clássica das vantagens comparativas e propôs uma leitura estruturalista do subdesenvolvimento, defendendo que as desigualdades não eram transitórias, mas resultado da inserção periférica desses países na economia internacional (Cassiolato; Lastres, 2003).

Essa abordagem foi essencial para destacar a necessidade de políticas específicas voltadas ao desenvolvimento das regiões mais atrasadas. O economista Celso Furtado foi um dos principais formuladores do pensamento sobre desenvolvimento regional no Brasil, especialmente ao adaptar as ideias da CEPAL ao contexto nacional.

Furtado (2000) argumentava que o modelo de desenvolvimento brasileiro se concentrava em regiões industrializadas, principalmente o Sudeste, em detrimento de áreas como o Nordeste, historicamente excluídas do processo de modernização econômica. Para Furtado (2000), o desenvolvimento regional exigia intervenção planejada do Estado, o que se materializou na proposta de criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com foco na articulação entre potencialidades locais, planejamento estratégico e investimentos públicos.

Durante os governos militares, décadas de 1960 e 1970, o planejamento regional foi incorporado às estratégias de desenvolvimento nacional, ainda que submetido aos interesses do regime. Projetos de grande escala, como os de integração territorial e infraestrutura, foram implantados com base em uma lógica centralizadora e tecnocrática. Segundo Santos (2006a), essas ações reforçaram desigualdades, pois priorizavam a lógica da ocupação do território em função dos interesses do capital, negligenciando os sujeitos locais e suas realidades sociais e culturais.

Nos anos 1980, com a crise do modelo desenvolvimentista e o avanço das políticas neoliberais, a concepção de desenvolvimento regional passou por um processo de reformulação. A descentralização do planejamento e a valorização da competitividade territorial marcaram essa nova fase.

Segundo Cassiolato e Lastres (2003), a ideia de que os territórios deveriam organizar-se em torno de suas próprias potencialidades levou ao surgimento de estratégias como os Arranjos Produtivos Locais (APLs), os sistemas de inovação regionais e os distritos industriais. Tais abordagens, entretanto, transferiram a responsabilidade do desenvolvimento para as regiões, muitas vezes sem oferecer os

instrumentos necessários à sua efetiva promoção.

Conquanto mais sensíveis à realidade local, essas estratégias acabam reproduzindo desigualdades históricas, já que regiões com maior infraestrutura e capacidade institucional alcançam melhores resultados.

Boisier (2001) argumenta que o desenvolvimento regional não deve ser entendido como um fenômeno puramente local, pois depende de políticas públicas coordenadas, de apoio institucional e de uma estrutura econômica favorável. Para ele, o desenvolvimento é uma construção social e política que exige articulação entre escalas locais, regionais e nacionais.

Na virada para os anos 2000, novas dimensões foram incorporadas ao debate sobre desenvolvimento regional, especialmente aquelas vinculadas à sustentabilidade e à justiça social. A noção de desenvolvimento sustentável, que integra aspectos econômicos, sociais e ambientais, passou a ocupar lugar central na formulação de políticas públicas.

De acordo com Sachs (2004), o desenvolvimento precisa ser multidimensional, considerando não apenas o crescimento econômico, mas a inclusão social, a preservação ambiental e o respeito às culturas locais.

Nesse contexto, a territorialização das políticas públicas ganhou força como estratégia para tornar as ações governamentais mais eficazes e adaptadas às realidades dos territórios. A noção de território foi resignificada, passando a ser vista como espaço vivido e construído socialmente. Conforme Raffestin (1993), o território é resultado da apropriação simbólica e material do espaço pelos sujeitos, e não apenas uma delimitação geográfica. Essa perspectiva permite pensar o desenvolvimento regional a partir das práticas cotidianas e das relações sociais estabelecidas no território.

A história do desenvolvimento regional evidencia, portanto, uma transição de modelos centralizados para abordagens mais participativas e integradas. No entanto, essa transição foi marcada por contradições, e nem sempre houve avanços significativos na superação das desigualdades territoriais.

Em muitos casos, prevalecem lógicas economicistas que desconsideram os aspectos sociais, culturais e ambientais. Como observa Boisier (2001), o desafio continua sendo articular políticas que considerem a complexidade dos territórios e promovam o protagonismo local na definição dos rumos do desenvolvimento.

Com base nesse panorama histórico, torna-se evidente que o desenvolvimento regional é um campo multidimensional, que envolve disputas conceituais, escolhas políticas e estratégias institucionais. Desde as formulações da CEPAL, passando pelos projetos estatais da segunda metade do século XX até as atuais abordagens sustentáveis e participativas, o desenvolvimento regional se manteve

como uma preocupação fundamental na busca por justiça territorial e redução das desigualdades (Cassiolato; Lastres, 2003; Raffestin, 1993).

Por conseguinte, conhecer essa trajetória é essencial para formular políticas públicas mais sensíveis à diversidade regional e mais eficazes na promoção do bem-estar coletivo.

3. CONCEITOS E ABORDAGENS SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O desenvolvimento regional se configurou área multidisciplinar que se consolidou a partir de diferentes vertentes teóricas e práticas, refletindo a complexidade das relações entre território, economia e sociedade. Ao longo do tempo, o conceito tem se transformado conforme os contextos históricos, os desafios socioeconômicos e as perspectivas políticas predominantes.

O ponto de partida para a compreensão do desenvolvimento regional envolve reconhecer que ele não pode ser reduzido à simples expansão econômica de uma localidade ou região, mas deve incorporar aspectos sociais, institucionais, culturais e ambientais (Cassiolato; Lastres, 2003).

Para autores como Boisier (2001), o desenvolvimento regional é uma construção social que depende do protagonismo dos atores locais, da capacidade de articulação institucional e da apropriação do território como espaço de ação coletiva. Essa abordagem vai além da visão tradicional que associa o desenvolvimento exclusivamente ao crescimento econômico e à industrialização.

O mesmo autor propõe a ideia de um desenvolvimento “endógeno”, isto é, baseado nas potencialidades locais e no capital humano, intelectual e social disponível em cada território. Essa concepção se contrapõe a modelos exógenos de desenvolvimento, que pressupõem a imposição de soluções de fora para dentro, muitas vezes desconsiderando as especificidades regionais.

Do ponto de vista teórico, o desenvolvimento regional tem raízes nas contribuições da economia espacial, da geografia econômica e da sociologia do desenvolvimento. A partir da segunda metade do século XX, diversas correntes passaram a tratar o território como variável fundamental na compreensão do desenvolvimento.

Para Perroux (1967), o crescimento econômico tende a se concentrar em “polos de desenvolvimento”, isto é, espaços privilegiados onde se localizam atividades produtivas dinâmicas que irradiam efeitos positivos para áreas vizinhas. Essa teoria foi amplamente utilizada nas políticas públicas, embora seus resultados práticos tenham sido ambíguos, especialmente em países em desenvolvimento.

A crítica a essa visão centralizadora motivou o surgimento de abordagens que valorizam a participação ativa das regiões no processo de desenvolvimento. Nesse sentido, a noção de “sistemas territoriais de produção e inovação”, formulada por autores como Cassiolato e Lastres (2003), propõe que o desenvolvimento está vinculado à capacidade dos territórios de gerar conhecimento, inovação e cooperação entre atores públicos, privados e da sociedade civil.

Esses sistemas pressupõem uma dinâmica interativa, baseada em redes de colaboração, fluxo de informações e aprendizado coletivo. Essa perspectiva tem sido adotada em políticas de apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APL) que buscam fortalecer cadeias produtivas enraizadas nos territórios.

A contribuição de Sen (2000), é relevante para ampliar o escopo conceitual do desenvolvimento regional. O autor propõe uma abordagem centrada nas “capacidades” das pessoas, ou seja, nas liberdades reais que os indivíduos têm para viver a vida que desejam. Isso implica que o desenvolvimento não se resume a indicadores econômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB), mas envolve fatores como acesso à educação, saúde, segurança e participação política.

Aplicada ao contexto regional, essa visão destaca a importância de políticas públicas que promovam inclusão, equidade e justiça social, considerando as desigualdades históricas e estruturais entre as diferentes regiões.

Na perspectiva geográfica, Santos (2006) critica os modelos de desenvolvimento que desconsideram a diversidade territorial e a complexidade do espaço. Para ele, o espaço é produto da ação humana, constituído por relações sociais, fluxos econômicos, práticas culturais e simbolismos.

O desenvolvimento regional exige reconhecer a singularidade dos territórios, suas contradições e potências. Os riscos de políticas padronizadas que tentam aplicar soluções homogêneas em contextos distintos, reforçando, muitas vezes, as desigualdades existentes (Santos, 2006).

Com o avanço do neoliberalismo e a redefinição do papel do Estado a partir da década de 1990, surgiram novas abordagens que enfatizam a competitividade territorial, a governança multinível e a integração dos territórios aos mercados globais. Nessas concepções, o território passa a ser visto como um ativo estratégico, capaz de atrair investimentos e fomentar a inovação.

De acordo com Barquero (2000), o desenvolvimento territorial é o resultado da combinação de fatores endógenos e exógenos, como recursos naturais, infraestrutura, capital humano, instituições locais e conectividade global. O sucesso dessas estratégias depende da capacidade de articulação entre atores e da construção de um projeto político comum.

Outra abordagem importante consiste na sustentabilidade territorial, que

busca integrar as dimensões econômica, social e ambiental no planejamento regional. Essa perspectiva parte do pressuposto de que o desenvolvimento não pode comprometer os recursos naturais e os modos de vida das gerações futuras. Sachs (2004) defende um desenvolvimento sustentável e integrado, baseado na valorização da diversidade cultural, na equidade social e na gestão participativa dos territórios. Isso implica reconhecer os saberes locais, promover o uso racional dos recursos naturais e fortalecer os mecanismos de controle social sobre as políticas públicas.

No âmbito das políticas públicas, o conceito de desenvolvimento regional tem sido operacionalizado por meio de instrumentos como os planos de desenvolvimento territorial, os programas de integração regional, os consórcios intermunicipais e os fundos de financiamento regional.

Essas iniciativas visam promover maior equilíbrio entre regiões, estimular a cooperação entre entes federativos e dinamizar economias locais. Contudo, sua eficácia está condicionada à existência de uma institucionalidade sólida, de marcos regulatórios claros e de participação ativa da sociedade civil (Diniz, 2008).

A territorialização das políticas públicas também tem sido apontada como estratégia fundamental para a eficácia das ações governamentais. Essa abordagem pressupõe que o planejamento e a implementação das políticas devem considerar as especificidades do território, promovendo maior aderência às realidades locais.

Segundo Haesbaert (2004), a territorialização implica reconhecer o território como espaço de conflitos, disputas e negociações, onde diferentes atores buscam afirmar seus interesses e projetos de desenvolvimento. Dessa forma, o planejamento territorial deve ser democrático, transparente e participativo, evitando a imposição de modelos alheios às necessidades e aspirações locais.

4. UMA REFLEXÃO CRÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL CONTEMPORÂNEO: desigualdades regionais e desafios atuais

O Brasil é historicamente marcado por profundas desigualdades regionais, que se refletem em aspectos econômicos, sociais e estruturais. Essas disparidades têm raízes coloniais e foram aprofundadas ao longo do processo de desenvolvimento nacional, com a concentração de investimentos em determinadas regiões, especialmente no Sudeste, em detrimento de outras como o Norte e o Nordeste. A industrialização brasileira, fortemente centralizada, intensificou esse processo ao privilegiar centros urbanos e econômicos mais dinâmicos, criando assim um padrão de crescimento desigual e excludente (Furtado, 2000).

As disparidades regionais se expressam na distribuição assimétrica da infraestrutura econômica, como transporte, saneamento, energia e telecomunicações. A precariedade dessas condições em muitas áreas limita o acesso aos mercados, aumenta os custos de produção e desestimula o investimento privado. Segundo Cano (2007), a ausência de infraestrutura adequada atua como um fator de bloqueio ao desenvolvimento regional, dificultando a atração de empreendimentos e a integração das economias locais ao sistema nacional.

Observa-se outro fator crítico: a disparidade na qualificação do capital humano. As regiões menos desenvolvidas tendem a apresentar piores indicadores de educação básica, ensino técnico e superior, o que compromete sua capacidade de gerar inovação, atrair investimentos intensivos em conhecimento e promover o empreendedorismo local.

De acordo com Diniz (2008), o baixo nível de escolaridade e qualificação técnica em áreas periféricas limita o potencial produtivo regional e agrava os ciclos de pobreza e exclusão social.

As políticas públicas, por sua vez, têm um papel ambíguo nesse processo. Embora haja iniciativas voltadas para o enfrentamento das desigualdades, muitas vezes elas se mostram descontinuas, fragmentadas e pouco eficazes. A falta de articulação entre as esferas de governo, o planejamento setorial isolado e a ausência de participação social contribuem para a ineficiência dessas políticas.

Para Lima (2011), a eficácia das políticas regionais depende de sua capacidade de integrar diferentes escalas territoriais, de promover sinergias entre agentes locais e de considerar as especificidades socioterritoriais.

A concentração de investimentos e recursos é um fator determinante na reprodução das desigualdades regionais. Os grandes projetos de desenvolvimento, frequentemente associados à exploração de recursos naturais, tendem a beneficiar empresas externas e gerar poucos impactos positivos duradouros para as comunidades locais.

Como destacam Pires e Carvalho (2011), os investimentos nem sempre resultam em desenvolvimento regional, especialmente quando não estão alinhados a estratégias territoriais de longo prazo, com base na valorização do conhecimento local e na promoção da inclusão social.

O planejamento regional é um dos instrumentos mais relevantes para enfrentar essas desigualdades. É através dele, ser possível definir prioridades de investimentos, promover a descentralização administrativa e alinhar políticas setoriais aos objetivos territoriais.

No entanto, como observa Diniz (2008), a fragilidade institucional de muitos entes federativos, especialmente municípios de pequeno porte, compromete a efe-

tividade do planejamento regional. É necessário, portanto, fortalecer as capacidades locais de gestão e promover a cooperação interinstitucional.

Nos últimos anos, iniciativas como os Arranjos Produtivos Locais (APL), os consórcios intermunicipais e os programas de desenvolvimento territorial têm buscado articular ações mais integradas e participativas. Essas abordagens, inspiradas em modelos europeus de desenvolvimento endógeno, valorizam o papel das comunidades locais na definição das estratégias de desenvolvimento.

Contudo, sua eficácia ainda é limitada por dificuldades técnicas, escassez de recursos e dependência de políticas de curto prazo (Cassiolato; Lastres, 2003). O enfrentamento das desigualdades regionais exige, portanto, um esforço coordenado de diversos atores e das instâncias de governo (federal, estaduais e municipais).

Nesse sentido, Cano (2007), afirma que a formulação de políticas públicas eficazes passa pela construção de consensos em torno de projetos de desenvolvimento que sejam sustentáveis, inclusivos e adequados às condições locais. É nesse cenário que se insere o debate contemporâneo sobre o desenvolvimento regional, que demanda novas perspectivas teóricas e práticas capazes de romper com a lógica da concentração e da exclusão territorial.

O desenvolvimento regional é, essencialmente, importante para uma construção social, multidimensional e processual. Ele não se reduz ao crescimento econômico, mas abrange dimensões sociais, culturais, políticas, ambientais e simbólicas. Essa concepção amplia o entendimento do que significa “desenvolver” um território, valorizando aspectos como bem-estar social, qualidade de vida, justiça distributiva e fortalecimento da cidadania (Boisier, 2001).

A visão clássica de desenvolvimento, centrada apenas em indicadores quantitativos de crescimento, tem se mostrado insuficiente para compreender a complexidade dos territórios. Em contrapartida, abordagens contemporâneas reconhecem que o desenvolvimento precisa ser pensado a partir das especificidades regionais, da diversidade sociocultural e das dinâmicas locais de produção e organização social. Para Santos (2006), o espaço geográfico é uma instância de mediação entre agentes, processos e estruturas, e o território é constituído pelas relações que se estabelecem nele.

Nesse sentido, o desenvolvimento regional requer abordagens integradas, capazes de articular diferentes dimensões do território e promover ações sinérgicas entre Estado, mercado e sociedade civil. A integração de políticas públicas, a cooperação entre níveis de governo e a participação ativa das populações locais são condições indispensáveis para a construção de soluções duradouras e efetivas.

Como destacam Garcia e Delgado (2012), o desenvolvimento territorial sustentável implica uma governança democrática e um planejamento participativo,

que valorizem os saberes locais e promovam o protagonismo comunitário.

A sustentabilidade se tornou um princípio estruturante das novas abordagens de desenvolvimento. Para Sachs (2004), o desenvolvimento sustentável é necessariamente multidimensional, incluindo a sustentabilidade social, econômica, ambiental, territorial e cultural. Isso implica considerar as limitações ecológicas dos territórios, promover práticas produtivas responsáveis e assegurar a equidade no acesso a oportunidades e recursos.

A sustentabilidade, nesse contexto, não pode ser apenas um discurso, mas deve se materializar em ações concretas voltadas à preservação ambiental e à inclusão social.

Outro ponto fundamental é o reconhecimento e fortalecimento das identidades regionais. O desenvolvimento não ocorre no vazio, acontece em contextos marcados por histórias, culturas e significados próprios. Valorizar a identidade cultural e os saberes tradicionais é essencial para promover um desenvolvimento que seja legítimo e apropriado pelas comunidades locais. Raffestin (1993) enfatiza que o território é um espaço simbólico, carregado de significados e que sua apropriação pelos sujeitos é um elemento central da ação política.

Nesse contexto, o conhecimento local assume uma importância estratégica. A construção de políticas de desenvolvimento regional deve ser pautada pelo diálogo entre o saber técnico-científico e os saberes populares.

A inclusão das comunidades no processo decisório permite identificar necessidades reais, potencialidades específicas e soluções inovadoras. Como defendem Cassiolato e Lastres (2003), o desenvolvimento baseado em conhecimento exige a articulação de múltiplos agentes e formas de saber, respeitando a diversidade cultural e territorial.

Entretanto, alcançar um desenvolvimento regional justo e equilibrado ainda é um desafio. As assimetrias estruturais, a concentração de poder político e econômico, e a fragilidade institucional de muitas regiões dificultam a efetivação de políticas inclusivas. Além disso, a lógica neoliberal dominante, com foco na eficiência econômica e na competitividade global, tende a desvalorizar territórios que não se enquadram nos padrões produtivos exigidos pelo mercado.

Como observa Diniz (2008), o risco é perpetuar a marginalização de regiões periféricas e aprofundar as desigualdades existentes. Portanto, refletir criticamente sobre o desenvolvimento regional exige repensar os fundamentos das políticas públicas e o papel do Estado no território. É preciso construir modelos alternativos, baseados na solidariedade, na cooperação e na justiça social.

O desenvolvimento regional necessita ser entendido como um processo coletivo e democrático, que depende da capacidade de articular ações locais com

políticas nacionais, respeitando a diversidade e promovendo a equidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face da complexidade que envolve o conceito de desenvolvimento regional, esta reflexão buscou evidenciar que ele não pode ser reduzido a uma simples questão econômica e ao crescimento mensurado por indicadores tradicionais. Trata-se de um processo multifacetado, que envolve aspectos históricos, sociais, culturais, territoriais e políticos.

Ao longo do texto, foi possível perceber que o desenvolvimento regional requer uma compreensão crítica das estruturas que perpetuam as desigualdades, bem como uma análise cuidadosa das formas pelas quais o território é ocupado, gerido e vivido.

As disparidades regionais no Brasil demonstram a necessidade de se repensar os instrumentos de planejamento e as políticas públicas que visam à coesão territorial. O desafio é romper com modelos concentradores de investimento e poder, promovendo um equilíbrio que considere as potencialidades e as necessidades específicas de cada região.

As experiências contemporâneas de desenvolvimento territorial e os estudos de autores da área reforçam a importância de abordagens integradas, sustentáveis e participativas. A ausência de infraestrutura, a escassez de capital humano qualificado, a fragilidade institucional e a centralização de decisões políticas dificultam um desenvolvimento mais justo e igualitário. Torna-se urgente fortalecer as capacidades locais, ampliar a participação social e fomentar políticas que integrem ações em diferentes escalas e dimensões do território.

O desenvolvimento regional não deve ser imposto de cima para baixo, mas construído coletivamente, a partir do diálogo entre agentes diversos, valorização das identidades e saberes locais. Essa perspectiva exige uma mudança de paradigma: mais do que crescimento econômico, é necessário construir alternativas que promovam justiça social, autonomia territorial e qualidade de vida para as populações envolvidas.

Por conseguinte, refletir sobre o desenvolvimento regional é, ao mesmo tempo, compreender os limites do modelo tradicional e vislumbrar possibilidades de transformação. O debate precisa avançar no sentido de fortalecer políticas públicas comprometidas com a equidade, a inclusão e a sustentabilidade.

Destarte, será possível superar os desafios que ainda se impõem e construir um projeto nacional de desenvolvimento que, de fato, considere a diversidade do território brasileiro e promova oportunidades reais para todas as regiões.

REFERÊNCIAS

- BARQUERO, A. V. Desenvolvimento endógeno: conceitos e estratégias para o desenvolvimento local. In: FONSECA, M. G. G. (org.). **Desenvolvimento local e economia solidária**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 27-51.
- BOISIER, S. **Desenvolvimento local**: uma resposta aos desafios da globalização. Brasília: IPEA, 2001.
- CANO, W. **Ensaio sobre desenvolvimento, globalização e dependência**. São Paulo: UNESP, 2007.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Arranjos e sistemas produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 7, n. 2, p. 279-305, 2003.
- DINIZ, C. C. A dinâmica da economia brasileira e os desequilíbrios regionais. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 39, n. 4, p. 525-542, 2008.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 33. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.
- GARCIA, R. S.; DELGADO, N. G. **Desenvolvimento territorial e políticas públicas**: a construção de uma abordagem multidimensional. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 8, n. 1, p. 182-201, 2012.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LIMA, J. A. A. **Planejamento territorial e políticas públicas no Brasil**: desafios e perspectivas. *Revista Parcerias Estratégicas*, v. 16, n. 31, p. 115-130, 2011.
- PERROUX, F. **L'économie du XXe siècle**. Paris: Presses Universitaires de France, 1967.
- PIRES, J. C.; CARVALHO, M. S. Investimentos públicos e desenvolvimento regional: desafios para uma política de coesão territorial no Brasil. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 37, p. 85-108, 2011.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SACHS, I. **Inclusão social pelo trabalho**: desenvolvimento humano em um mundo globalizado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Em um mundo marcado por desafios complexos e interconectados, *Desenvolvimento Econômico – Abordagem Interdisciplinar* propõe uma leitura crítica e plural sobre o conceito de desenvolvimento. A obra articula Economia, Sociologia e Educação para analisar teorias, políticas públicas e realidades concretas, com foco especial na América Latina. Ao questionar visões reducionistas baseadas apenas no crescimento do PIB, os autores exploram dilemas atuais como desigualdade, crise ambiental e inovação tecnológica. Com base em estudos de caso e reflexões teóricas, o livro oferece caminhos possíveis para um desenvolvimento mais justo, sustentável e inclusivo. Uma leitura essencial para quem busca compreender e transformar a realidade com profundidade e compromisso.

ISBN: 978-65-6068-171-2

BR

